

2

**A AFIRMAÇÃO
DO LIBERALISMO**

1821-1851

FRANCISCO DUARTE COELHO

Francisco Duarte Coelho nasceu em Lisboa e aí veio a falecer, a 5 de Julho de 1833. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da alta magistratura. Começou por exercer o cargo de provedor da comarca de Torre Vedras, entre 1791 e 1793, ano em que lhe foi passada a carta de desembargador da Relação do Porto. Passaria, mais tarde, à Casa da Suplicação, na qual foi encartado desembargador em 1803 e desembargador dos agravos em 1806, recebendo, no ano anterior, a carta de corregedor do Tribunal Cível da Corte. Confessor de D. João VI antes da retirada da Corte para o Brasil e antigo secretário da embaixada portuguesa em Paris, foi um dos que pretenderam solicitar a outorga de uma Constituição e a vinda de um familiar directo do imperador francês para reinar em Portugal, atribuindo-se-lhe a co-autoria do projecto de texto constitucional que devia acompanhar a súplica a Napoleão Bonaparte. Devido a essas preferências político-ideológicas, é, em finais de 1808, preso e deportado para uma quinta que possuía distante da capital. Durante este período, parece ter escrito uma *Memória Justificativa*, em defesa

do seu comportamento e na tentativa de refutar as acusações que sobre ele impendiam. Nunca chegou a publicar este escrito, mas, ao que parece, foi suficiente para convencer os governadores do Reino de que nunca fora jacobino. Em Setembro de 1810, no processo designado de Setembrizada, voltaria a ser preso e deportado, desta vez, para a ilha Terceira, donde regressou ao continente em 1815, depois de ter sido amnistiado no ano anterior. Aderindo à Revolução Liberal de 1820, é nomeado ministro dos Negócios da Fazenda em 31 de Janeiro de 1821, pela regência saída das Cortes Constituintes, cargo que volta a exercer entre 4 de Julho e 7 de Setembro seguintes. Ainda em 1821, viria a exercer a presidência da Real Junta do Comércio. Após o golpe contra-revolucionário da Vila-Francada, afasta-se da vida política, embora venha a exercer as funções de presidente do Banco de Lisboa em 1827. Professo da Ordem de Cristo e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, foi autor dos escritos impressos *Exposição das Operações do Tesouro Nacional no Primeiro Semestre de 1821* e *Quinto Anno da Fundação do Banco de Lisboa*.



Francisco Duarte Coelho.

SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu em Lisboa, no Lumiar, a 31 de Dezembro de 1769, e veio a falecer nessa cidade, a 1 de Julho de 1846. Descendente de uma família da classe industrial da Covilhã, pouco abastada de fortuna, ingressa na Congregação do Oratório em 15 de Outubro de 1784. Destinado a seguir a carreira eclesiástica, ali frequentou e concluiu, com grande aproveitamento, o curso de Humanidades.

É nessa altura que escreve uma série de dissertações e memórias, que lhe granjearam tanto a admiração de reconhecidos sábios, como o reitor da Universidade de Coimbra, como a

inimizade de alguns padres da Congregação, por ter feito algumas críticas ao padre Teodoro d'Almeida, considerado como um dos grandes estudiosos das ciências físico-matemáticas do seu tempo, facto que o levou a abandonar a Congregação, em 1791, e a renunciar à carreira eclesiástica. Dedicou-se então ao magistério,



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

começando por dar aulas particulares de Filosofia em Lisboa.

Em 1794, transita para o Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, onde, no lugar de substituto da cadeira de Filosofia Racional e Moral, obtido por concurso, é novamente alvo de perseguições, vendo-se apodado de jacobino e conspirador, situação que o próprio reitor, seu amigo, não conseguira evitar.

Após uma busca à sua casa em Coimbra, em meados de 1797, sabendo, igualmente, que muitos dos seus amigos tinham sido presos, transfere-se de Lisboa para Setúbal, onde embarca para França, a 31 de Julho de 1797. Chega a Paris nos fins de Setembro desse ano, onde encontra o acolhimento e protecção do ministro de Portugal na Haia, António de Araújo e Azevedo, futuro conde da Barca, que lhe obtém o perdão da evasão de Portugal e o nomeia secretário da Embaixada em Paris, a título provisório.

Continuará a exercer este cargo na Holanda, para onde se transfere com António de Araújo e Azevedo, em 1798.

Depois de ter feito uma viagem pelo Norte da Alemanha, em que aprende a língua alemã e procura recolher o máximo de conhecimentos botânicos, regressa directamente a Lisboa em Dezembro de 1798, onde fica como oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, pois o seu regresso à Haia com o referido embaixador não é autorizado.

Em 1802, é nomeado encarregado de Negócios em Berlim, onde, ao longo de sete anos, aprofunda os seus conhecimentos de mineralogia e química e frequenta a Sociedade dos Investigadores da

Natureza, composta pelos mais ilustres literários de Berlim. É, no entanto, afastado das funções diplomáticas, por temer o embaixador francês que desse notícia ao governo português dos planos de Napoleão para a Península Ibérica. Antônio de Araújo e Azevedo encarregara-o, entretanto, de organizar uma companhia de espingardeiros alemães com vista ao estabelecimento de uma fábrica de espingardas em Portugal, mas, com a Corte de partida para o Brasil, arriscando-se, então, todo o investimento feito, acaba por embarcar para esse território ultramarino, onde, depois de ressarcido em apenas uma pequena parte, é nomeado, em 1811, deputado da Junta do Comércio. No Brasil, é encarregue pelo governo do Rio de Janeiro da negociação de uma nova convenção com a República de Buenos Aires, depois de se ter firmado um texto pouco honroso para Portugal, mas decide recusar a comissão, o que quase lhe valeu a demissão de todos os cargos públicos que exercia e o degredo para a ilha da Madeira, não fosse essa ordem ter sido revogada quando já se encontrava de partida. Nos anos seguintes, desempenhará os lugares de director da Imprensa Régia e de membro da comissão luso-inglesa para decidir as questões do tráfico de escravos. Em 1820, foi nomeado ministro em Washington, mas o pronunciamento militar carioca de 26 de Fevereiro de 1821, que leva D. João VI a jurar as Bases da Constituição, impede a sua partida. Ainda nesse dia, assume as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, as quais, apesar dos apelos para abandonar a primeira, exerce até aos inícios de Julho seguinte, quando já se encontra em Portugal.

Porém, volta a sobraçar a pasta dos Negócios Estrangeiros quase imediatamente, em 21 de Julho de 1821, terminando esse mandato só após os acontecimentos da Vila-Francada, em finais de Maio de 1823, sem que, no entanto, perdesse as honras do cargo e a pensão anual correspondente. Durante esse primeiro governo constitucional de D. João VI, exerceu, ainda, interinamente, a pasta dos Negócios da Fazenda, entre 7 e 9 de Setembro de 1821.

Voltaria a ser convidado, em 1825, para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros, mas recusou, indo para Paris.

No ano seguinte, é eleito deputado, porém, por recear a turbulência política, resolve não tomar parte nos trabalhos legislativos, preferindo manter-se em Paris, onde se dedica aos trabalhos literários. Será reeleito deputado em 1836 e 1838, mas só em 1842, quando é chamado pela quarta vez às funções parlamentares, decide abandonar Paris e regressar a Lisboa, para tomar o seu lugar na Câmara dos Deputados. Aqui, na sessão de 3 de Abril de 1843, apresentou um conjunto de projectos que, resumindo os seus estudos em ciências políticas e administrativas, continham um sistema completo de organização, em harmonia com os princípios da Carta Constitucional que ele concebera. Não chegou, contudo, a ser discutidos. Pouco depois, é convidado para presidir a uma sociedade de jovens estudiosos e amantes das letras, dedicando-se a esta empresa até à sua morte. É autor de uma extensíssima bibliografia. Além de comendador da Ordem de Cristo, era sócio honorário da Academia Real das Ciências, membro do Instituto de França e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e de outras corporações científicas e literárias, tanto nacionais como estrangeiras.

JOSÉ INÁCIO DA COSTA

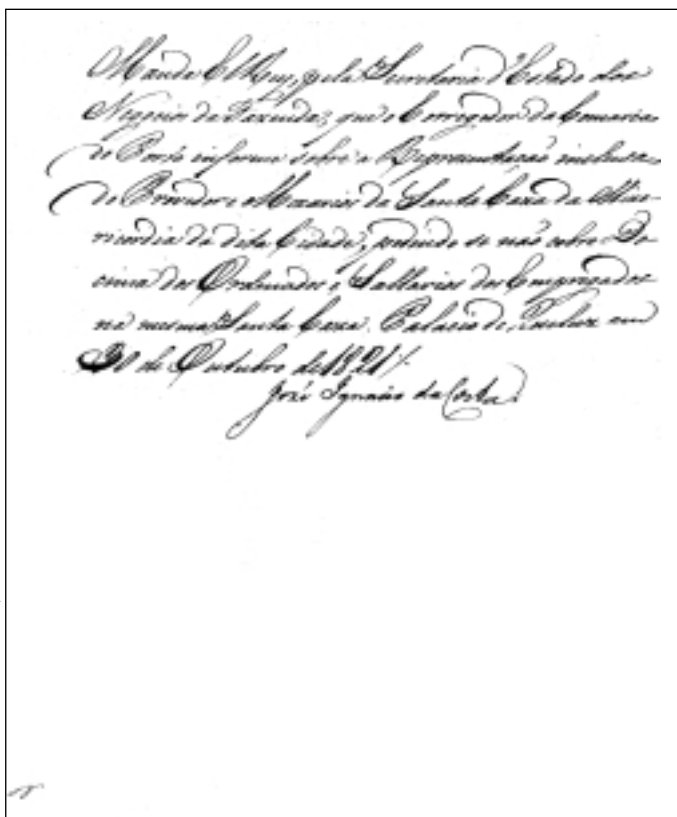
José Inácio da Costa tinha o grau de bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e foi advogado da Casa da Suplicação, em Lisboa. Vulto ilustre da Revolução Liberal de 1820, tornou-se notável pelos seus conhecimentos financeiros. Veio, assim, a fazer parte do segundo governo constitucional de D. João VI, cometendo-se-lhe a pasta dos Negócios da Fazenda, que sobraçou entre 24 de Setembro de 1821 e 8 de Junho de 1822.

No Orçamento que apresentou às Cortes para o exercício de 1821-1822, o peso dos gastos

previstos com a defesa era muito significativo, correspondendo a 76 por cento do total da despesa. No entanto, perante uma situação deficitária, que remontava aos inícios do século, não deixou de apresentar soluções, as quais resumiu em duas propostas. Na primeira, preconizava a criação de novos impostos, acompanhada de uma repartição mais uniforme, embora reconhecesse que esta era a solução mais difícil de concretizar, dada a situação de penúria em que se encontravam as fontes de riqueza nacionais. A segunda consistia em atrair capitais externos através da contratação de empréstimos, arrazoando que, se sobrecarregavam as classes com menores níveis de rendimento, eram, todavia, "menos destructivos, porque não affectão tão imediatamente os valores reproductivos", além de que os Bens Nacionais constituíam uma boa garantia de liquidação, "que se pôde offerecer a taes empenhos".

Deve-se-lhe a autoria da proposta de criação do Banco de Lisboa, o qual veio a ser efectivamente estabelecido durante o seu mandato à frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em 29 de Dezembro de 1821.

Redigiu, ainda, a *Memoria Agronomica Relativa ao Concelho de Chaves*, publicada nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, de que era sócio correspondente.



SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO

Sebastião José de Carvalho nasceu no lugar de Carvalhais, do termo de Mirandela, entre 1776 e 1777.

Era filho de Sebastião José de Carvalho e de Josefa Maria de Carvalho e irmão de Manuel António de Carvalho, 1.º barão de Chancelheiros e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em 1827-1828.

Descendente de lavradores ricos que exerceram lugares de administração em Mirandela, frequentou a Universidade de Coimbra, onde, em 1795, obteve o grau de bacharel em Leis.

Havendo residido em Vila Real, segue, depois, a carreira da magistratura, no lugar de deputado do Comissário-Geral do Exército, que exerce, pelo menos, desde 1812 e no qual atinge a graduação máxima, dita de 1.º banco, em 1819.

No ano seguinte, por Carta de 3 de Outubro, é nomeado desembargador da Relação do Porto. Deste tribunal, virá, depois, a receber carta de desembargador ordinário em 15 de Maio de 1821, sete dias depois de ser provido no lugar de superintendente-geral dos contrabandos. Ao nível político, notabilizou-se no lugar de secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, que exerceu entre 8 de Junho de 1822 e a Vila-Francada, golpe contra-revolucionário que pôs fim ao Vintismo. Pouco depois, em 22 de Agosto, receberia carta de título de conselheiro. Nas inquirições conduzidas para se habilitar ao exame no Desembargo do Paço, necessário para vingar na carreira jurídica, foi dado como pessoa estimada pelas suas “belas letras”, tratamento e inteligência.

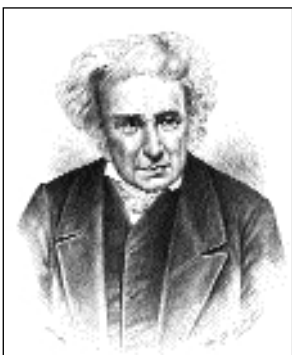
Manda El Rey, pelo Presidente do Thesouro Publico Nacional, que o Corregedor da Comarca de Angra, informe pela Mesa do mesmo Thesouro, requerimento incluído do Brigadeiro Dom Ignacio Custel Branco do Castelo de Angra, em que pede ser pago de Soldo de sessenta mil reis por mes, e mais de cincoenta mil reis, como tem sido abonado. João Evangelista de Sousa de Miranda a fez em Lisboa aos oito de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois. Vitorino da Silva Moraes fez escrever. Sebastião José de Carvalho

Manda El Rey pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda participar a Mesa do Desembargo do Paço, que em Resoluçãõ de 9 de corrente, tomada em Consulta da Mesa de 5 do mesmo acerca da conta do Juiz de Fora de Ponte do Lima contra o Abade de São Thiago de Lemieira, sobre que foi inadvertidamente mandado consultar o Tribunal pelo Ministerio da Justica, e d'onde a Consulta passou para este da Fazenda com officio de 12, Houve por bem conformar-se em tudo com o seu parecer: e Determina em consequencia que a Mesa faça subir os papeis originaes, que fundamentarãõ a Consulta, para à vista delles se mandar conhecer pelo Conselho da Fazenda da irregularidade, e excessos dos lançamentos, e repartiçãõ das drazas. Palacio de Lutzen em 21 de Outubro de 1822.

Sebastião José de Carvalho

JOSÉ XAVIER MOUZINHO DA SILVEIRA

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



José Xavier Mouzinho da Silveira nasceu a 12 de Julho de 1780, em Castelo de Vide, e veio a falecer a 4 de Abril de 1849.

Era filho de Francisco Xavier Gramido, médico do Hospital Militar de Castelo de Vide e proprietário, e de Domingas da Conceição Mouzinho da Silveira.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1802, começou por exercer a advocacia.

Optando, depois, pela magistratura, leu no Desembargo do Paço em 1808 e foi despachado juiz de fora em Marvão. Viria a prosseguir essas funções em Setúbal, a partir de 1813, antes de ser transferido para o cargo de provedor da Câmara de Portalegre, em cujo exercício se encontra quando se dá a Revolução de 1820. Chamado, então, a Lisboa, é nomeado administrador-geral das Alfândegas e, alheio às discussões políticas, embora descontente com a tendência pouco reformista da revolução, dedica-se exclusivamente ao cumprimento dos deveres do seu cargo e ao melhoramento do serviço que lhe fora confiado.

Foi preciso esperar pelos acontecimentos da Vila-Francada para ser indigitado ministro dos Negócios da Fazenda do ministério organizado por D. João VI. Aceitando o cargo a insistências do monarca, exercê-lo-ia entre 28 de Maio e 19 de Junho de 1823, altura em que pede a demissão, devido às tensões no seio do ministério geradas entre a ala conservadora e a liberal. Regressa, então, às funções de administrador-geral das Alfândegas, não sem antes lhe ter sido concedida carta de conselho, em reconhecimento dos seus méritos. Mesmo optando por se afastar dos cargos executivos, não escaparia aos actos persecutórios

ocasionados pela Abrilada, em 30 de Abril de 1834, pelo que esteve preso até ao momento em que D. João VI, sob a protecção dos canhões ingleses, retirou o poder ao seu filho D. Miguel. Até ao termo do reinado de D. João VI, manteve-se afastado da vida política, dedicando-se ao estudo dos livros e às obrigações do seu emprego, mas, ainda assim, é feito fidalgo da Casa Real em 1825, com o rendimento diário de mil e seiscentos réis e um alqueire de cevada.

Seria eleito deputado pelo Alentejo às Cortes convocadas a seguir à outorga da Carta Constitucional, mas, com a ascensão de D. Miguel ao poder em 1827, não se sentindo seguro em Portugal, partiu para Paris com a família, onde beneficiou da dedicação e hospitalidade da família Sampaio, a quem sempre se mostrou agradecido.

No exílio, encarregou-o D. Pedro de negociar empréstimos em Londres e de solicitar apoios para a causa liberal, antes de o nomear, por Decreto de 3 de Março de 1832, para os lugares de ministro dos Negócios da Fazenda e da Justiça do governo da regência, que desempenhou até 1 de Janeiro de 1833. Durante esses mandatos, elaborou ou assinou sessenta diplomas legais, reformadores do aparelho político e institucional do Antigo Regime, que abrangeram situações tão diversas como a abolição dos dízimos e dos direitos reais, a separação entre as funções judiciárias e as funções administrativas, a organização dos tribunais de Justiça e da administração superior da Fazenda, a anulação da hereditariedade dos ofícios, o sancionamento da liberdade de pensamento, de consciência

COLECCÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, QUADRO DE EDUARDO MAITA, 195[8], A PARTIR DE GRAVURA DA ÉPOCA



e de ensino, a revogação de monopólios e impostos, o reenquadramento das instituições vinculares, a secularização de alguns conventos, etc. Entre a legislação produzida em 1832, destacam-se os decretos de 17 de Abril (abole a pena de confisco de bens em qualquer delito e fixa sanções para quem atentasse contra a propriedade privada), de 16 de Março (extingue, nos Açores, o pagamento de dízimos, com excepção dos que incidiam sobre cereais, vinho, feijão, fava e laranja, medida que se deveria estender a todo o território nacional, conquanto fosse integrada num conjunto mais vasto de providências, que garantisse a subsistência do clero), de 4 de Abril (abole os morgadios cujo rendimento líquido não excedesse os 200 mil réis e ainda os de rendimento superior, quando o seu administrador não tivesse sucessores directos, entre outras disposições), de 6 de Abril (organiza as alfândegas dos Açores), de 19 de Abril (extingue o pagamento de sisas sobre móveis e semoventes, exceptuando as vendas e trocas de bens de raiz, e abole as portagens, os relegos e todas as determinações que tivessem por fim restringir a liberdade de comércio no interior do País e seus domínios, à excepção da Alfândega das Sete Casas, que dispunha de legislação especial), de 20 de Abril (fixa os direitos de saída sobre o valor das mercadorias nacionais exportadas e estabelece as formalidades para o despacho de exportação e para a aplicação das penalidades aos defraudadores, extinguindo o consulado da Casa da Índia), de 16 de Maio (reorganiza a administração central nos domínios da Justiça e da Fazenda, entre mais, extinguindo o Real Erário e a Junta dos Juros e criando, em sua substituição, o Tribunal do Tesouro Público

e a Junta do Crédito Público), de 14 de Julho (extingue os privilégios da Companhia Geral da Agricultura e Vinhas do Alto Douro), de 30 de Julho (extingue os dízimos cobrados pela Igreja) e o de 13 de Agosto (suprime os impostos do regime absoluto, os chamados “bens da coroa”, apenas continuando a vigorar a décima militar). Parte de novo para Paris em Março de 1833, donde regressa a Portugal no ano seguinte, não só para retomar o cargo de administrador-geral das Alfândegas como para ocupar o lugar de deputado, reeleito que fora pela província do Alentejo.

Em 1836, recusou a dignidade de par do Reino, oferecida pelo ministério do duque de Palmela, e, na sequência da revolução de Setembro, demitiu-se do cargo que exercia nas alfândegas e voltou a retirar-se para Paris, onde viveu até 1839, ano em que é novamente eleito deputado pela sua província natal.

Terminada a sessão legislativa de 1840, não mais voltaria à Câmara dos Deputados, dedicando-se, a partir de então, a projectos particulares, como a tentativa de participar na administração de uma fábrica de curtumes e cortiça, o estudo de técnicas agropecuárias e a gestão das seus vastos domínios alentejanos, herdados da família – facto que terá contribuído para a defesa estreme que fez da propriedade privada. Os últimos nove anos da sua vida seriam igualmente passados entre os seus amigos e na intimidade da família, em Paris e em Lisboa. Por testamento, dispôs que transportassem, sem pompa, os seus restos mortais para a ilha do Corvo ou, em alternativa, para a freguesia da Margem, concelho de Gavião, distrito de Portalegre, onde acabou por ser sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Margem.

D. PEDRO DE SOUSA HOLSTEIN

D. Pedro de Sousa Holstein nasceu em Turim, a 8 de Maio de 1781, e veio a falecer em Lisboa, a 12 de Outubro de 1850. Era filho do conde de Sanfré, D. Alexandre de Sousa Holstein, e de D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim, a célebre “bichinho-de-conta”, como Sebastião José de Carvalho e Melo a crismou, que ficou famosa por bater o pé ao todo-poderoso ministro de D. José. Havendo nascido durante uma das missões diplomáticas de seu pai, acompanhou-o, depois, por toda a Europa, juntamente com a mãe. Na primeira infância, foi educado mais pelos pais do que por mestres, até que, em 1791, o colocaram numa casa de educação em Genebra, onde permaneceu durante quatro anos, estudando regularmente os preparatórios para as escolas superiores. Deixa Genebra para ir estudar para Coimbra, mas, mal começara a frequentar a Universidade, a sua condição de primogénito de uma casa

nobre obrigou-o a alistar-se no Exército. Assentou, pois, praça no Regimento de Cavalaria, denominado de Mecklemburgo, em 1796, sendo promovido no ano seguinte a capitão e nomeado ajudante-de-ordens do duque de Lafões.

Em 1802, foi despachado conselheiro da Embaixada de Roma e, após o falecimento de seu pai em Dezembro desse ano, que era embaixador nessa capital, sucedeu-lhe no cargo com apenas 21 anos de idade. Durante esse mandato, iria travar conhecimento com vultos da ciência da craveira de

um Humboldt e de Gay-Lussac, acompanhando este numa visita ao Vesúvio. Exonerado, em 1805, das funções diplomáticas junto da Cúria romana, passou dois meses em Coppet, na Suíça, na casa da escritora Madame de Staël, com quem trocava longa correspondência desde que se haviam conhecido em Itália, ocasião em que, uma vez mais, se relacionou com eminentes figuras, como Mathieu de Montmorency, Frederico e Guilherme Schlegel, Benjamin Constant, Sismonde de Sismondi, Barante e outros. Foi, aliás, a instâncias de Madame de Staël que traduziu alguns fragmentos de *Os Lusíadas*, publicados, em 1814, no *Investigador Português*, de Londres. No fim do ano de 1806, voltou a Portugal, onde se manteve afastado dos negócios políticos até ao desembarque de Arthur Wellesley, em 1808, altura em que, apresentando-se para servir no exército que devia libertar Portugal, foi nomeado, no posto de major, ajudante-de-ordens do coronel Trent. Num período em que o tesouro público atravessava importantes dificuldades, foi um dos que primeiro responderam ao apelo de ajuda financeira endereçado pela regência em 1809. As suas aptidões, porém, revelavam-se mais diplomáticas e estadísticas do que bélicas, pelo que o governo da regência o nomeou, em 1810, ministro em Cádiz, onde permaneceu até praticamente ao final da Guerra Peninsular. Foi, nessa altura, incumbido pelo príncipe D. João de defender os direitos de D. Carlota Joaquina ao trono espanhol, tarefa que cumpriu com sucesso, não conseguindo, no entanto, que o direito da princesa à regência de Espanha fosse reconhecido.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Em 11 de Abril de 1812, em nome dos serviços prestados, é-lhe conferido o título de conde de Palmela.

No Outono desse ano, foi transferido para Londres e, dado o seu bom desempenho diplomático na capital inglesa, virá a ser nomeado ministro plenipotenciário ao Congresso de Viena, onde defendeu a causa de Olivença, praça que havia sido perdida para Espanha em 1801. Regressaria a Londres em 1816, depois de passar por Paris. Juntamente com o marquês de Marialva, foi nomeado, pouco depois, representante do País no congresso organizado para dirimir a reivindicação do trono espanhol sobre a província de Montevideu. Como resultado do convénio, Espanha devolvia Olivença a Portugal e pagava uma indemnização pecuniária pelas despesas da ocupação de Montevideu, recebendo, em troca, essa colónia americana, mas, devido ao levantamento de Cádiz, em 1820, promovido pelas tropas destinadas à ocupação de Montevideu, tais disposições acabaram por não vingar.

Após esta negociação, recebe a nomeação de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1817, por morte do conde da Barca. Preferindo a Europa ao Rio de Janeiro, mantém-se em Londres, onde é, então, um dos dois ministros portugueses acreditados. Quando, finalmente, se decide a ir para o Brasil, faz uma passagem por Portugal, onde toma conhecimento da revolução liberal em Espanha, aconselhando a regência do Reino, em Portugal, a tomar medidas que fossem ao encontro das pretensões dos mais descontentes, nomeadamente, a convocação de Cortes.

No pouco tempo que, então, esteve em Portugal, chegou a prestar o seu apoio ao novo governo, liberal, que lhe ficou a dever a entrega por William Carr Beresford das somas que trazia

do Brasil para o pagamento das tropas.

Partiu, em Outubro de 1820, para o Rio de Janeiro, onde convenceu D. João VI a transigir com o movimento liberal, ainda que o monarca procedesse a algumas alterações aos decretos de aprovação das Bases da Constituição, publicados no dia 24 de Fevereiro de 1821. Em desacordo com essas alterações, pediu a sua demissão, que lhe foi concedida no dia 26 do mesmo mês. Chegado a Lisboa com a família real, foi surpreendido pela proibição do seu desembarque, por se haver pronunciado contra as reformas radicais das Cortes Constituintes, sendo-lhe ordenado escolher um local de residência a vinte léguas de Lisboa.

Retira-se, então, para Borba, onde se manteve afastado dos assuntos públicos até à Vila-Francada, em 27 de Maio de 1823.

Dando-se esta reacção contra-revolucionária, assinou, em Borba, o auto de aclamação do rei, que continha uma referência explícita à promessa de uma Constituição. É, então, novamente chamado por D. João VI à chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, juntamente com o conde de Suberra, vê-se incumbido de nomear uma comissão encarregada de elaborar um projecto de Constituição. Em 19 de Junho seguinte, foi, ainda, nomeado secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, embora se mantivesse no cargo por apenas dois dias.

O contexto palaciano e internacional não era, contudo, favorável aos empreendimentos liberais, tanto que, em Abril de 1824, se dá uma nova reacção absolutista, conhecida como Abrilada, de que resulta a sua prisão no Paço da Bemposta, donde é transferido para a Torre de Belém. Depois da sua libertação, motivada pelos esforços do embaixador francês Hyde de

COLECCÃO FUNDAÇÃO CASA DE BRAGANÇA, ÓLEO SOBRE TELA DE JOHN SIMPSON, 1831



Neuville, seu amigo pessoal, mantém-se como ministro dos Negócios Estrangeiros até 15 de Janeiro de 1825, sendo, pouco depois, nomeado embaixador em Londres, onde se encontrava quando, por morte de D. João VI, a Carta Constitucional foi outorgada por D. Pedro IV. Em 3 de Julho seguinte, foi feito marquês de Palmela.

Aclamado D. Miguel, pediu a sua demissão das funções diplomáticas e, organizando a resistência liberal a partir de Londres, começou por integrar a expedição com destino ao Porto no navio *Belfast*, na tentativa de apoiar o movimento revolucionário que se originou nesta cidade. Desbaratadas as forças liberais, a expedição acabaria por ser mal sucedida, o que lhe abalou a reputação.

Ainda assim, receberia, pouco depois, em Londres, a visita da rainha

D. Maria II, que havia sido aclamada na ilha Terceira juntamente com a Carta Constitucional, apesar da hostilidade inglesa e francesa para com a causa liberal.

Reuniu, então, meios para organizar as expedições do conde de Saldanha e do conde de Vila Flor, dirigidas aos Açores, logrando a segunda desembarcar na ilha da Horta.

Em Fevereiro de 1830, ainda em Inglaterra, recebe ordens de D. Pedro IV para organizar a regência na ilha Terceira, juntamente

com José António Guerreiro e o conde de Vila Flor, pelo que partiu de imediato no navio britânico *Jack of the Lantern*. Enquanto presidiu à regência, organizou uma expedição que tomou as outras ilhas açorianas.

Quando, em 2 de Março de 1832, D. Pedro IV assume a regência em nome da filha, são-lhe atribuídas a pasta dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, a do Reino, que, no entanto, deixa de exercer em 29 de Julho seguinte, por se determinar que os seus serviços eram mais úteis fora do País do que no Porto, para onde se deslocaram as forças liberais após o desembarque no Mindelo.

No início de 1833, pedirá a sua demissão, depois de ter conduzido negociações no exterior que visavam a celebração da paz, a prevalência do regime constitucional e a obtenção de empréstimos, as quais acabaram por se revelar inconsequentes. Regressa, no entanto, ao Porto, em Junho de 1833, com a garantia do apoio de Charles Napier, oficial da Marinha britânica, e de Mendizábal, financeiro espanhol, para a causa liberal, que se traduziu na realização da expedição ao Algarve, de que tomou parte com as funções de governador civil, vindo depois a estar ao lado do duque da Terceira na conquista de Lisboa.

Em reconhecimento dos serviços dispensados ao País, recebe o título de duque de Palmela, por Decreto de 13 de Julho, que vinha substituir o de duque do Faial, ao qual havia sido elevado por Decreto de 4 de Abril anterior.

Finda a guerra civil, é eleito presidente da Câmara dos Pares e assume funções executivas em Setembro de 1834, quando é nomeado chefe do Governo que duraria até 28 de Abril de 1835, em cujo mandato acumulou, a título provisório, o cargo de ministro dos Negócios



Estrangeiros. É, precisamente, no exercício desta pasta que volta ao governo pouco depois, como membro do gabinete do duque de Saldanha, onde se mantém até 18 de Novembro de 1835, não sem antes ter conduzido negociações com a Inglaterra com vista à revisão do Tratado de Comércio de 1810.

Ao rebentar a revolução de Setembro de 1836, contestado pelos liberais mais radicais, agora no poder, e implicado no golpe palaciano da Belenzada, viu-se obrigado a emigrar, ainda que por pouco tempo, pois o novo governo veio a nomeá-lo embaixador em Londres, onde representou Portugal na coroação da rainha Vitória, em 1838.

Cartista assumido, viria a jurar a Constituição de 1838 e a desempenhar o lugar de presidente

do Senado até 1842, no estrito respeito da lei, de que era zelador.

Com a restauração da Carta Constitucional, municida pelo golpe de Estado de 1842, a que se opôs, foi convidado por D. Maria II a presidir ao novo ministério, que duraria apenas cerca de quinze dias. A partir de então, vai-se agudizando a oposição ao regime vigente, até que Costa Cabral o expulsa do País, em 1846.

Regressando a Portugal ainda nesse ano e após a queda do governo cabralista, é chamado

ao poder em Maio de 1846, com a atribuição da presidência do Governo e das pastas do Reino, da Justiça e da Fazenda. Num movimento conciliatório, tentou, então, pacificar o País e logrou resolver as questões financeiras mais imediatas, mas a falta de confiança da rainha ditaria, por um lado, a demissão do seu ministério em 6 de Outubro de 1846 e, por outro, a ascensão da facção cabralista, chefiada pelo marquês de Saldanha.

Forçado, então, a emigrar, regressa a Portugal em 1847, depois da assinatura da Convenção de Gramido, que pôs termo à guerra civil, não voltando, contudo, a desempenhar quaisquer funções políticas. Após a morte da mulher, em 20 de Abril de 1848, retira-se definitivamente da vida pública e dedica os últimos anos de vida a organizar a sua vastíssima correspondência e a receber os seus amigos no seu Palácio do Lumiar, onde foi reunindo uma vasta e riquíssima biblioteca, de que faziam parte livros raros e preciosos, quer manuscritos quer impressos.

13.º senhor do morgado de Calhariz, Monfalim e Fonte do Anjo, era conselheiro de Estado, marechal-de-campo, sócio honorário da Academia Real das Ciências e presidente da Sociedade Arqueológica de Setúbal. Detinha, também, as grã-cruzes das ordens de Cristo, da Torre Espada, de Carlos III (Espanha), da Legião de Honra (França) e de Santo Alexandre Newsky (Rússia), além de ser cavaleiro da Ordem de São João de Jerusalém e do Tosão de Ouro. Foi, ainda, capitão da Guarda Real dos Archeiros e alcaide-mor da Sertã.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

HENRIQUE TEIXEIRA DE SAMPAIO



COLEÇÃO CASA DE PALMELA

Henrique Teixeira de Sampaio nasceu em Angra do Heroísmo, a 30 de Outubro de 1774, e veio a falecer em Lisboa, a 27 de Março de 1833. Era filho de Francisco José Teixeira de Sampaio, negociante, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Eulália Floriana Gualberta Cabral de Melo Carvão.

Foi educado em Londres, num dos melhores colégios da Inglaterra, pois seu pai era senhor de uma enorme fortuna.

Depois de iniciar a sua actividade comercial na capital inglesa, veio a estabelecer-se na praça comercial de Lisboa, onde, em poucos anos, conseguiu avultada fortuna, fundamentalmente, a partir de 1800. Nomeado, nesse ano, comissário-em-chefe do Exército anglo-luso, de que se tornou fornecedor, contribuiu diversas vezes com a sua fortuna para fazer face às exigências do Estado e suprimentos do Exército durante a Guerra Peninsular, época em que também desempenhou relevante papel na ajuda prestada aos lavradores. O seu apoio pecuniário revelou-se, aliás, fundamental para o resgate dos cativos e restabelecimento da paz com a regência de Argel, bem como para o empréstimo de dois milhões de cruzados, de que as finanças públicas se encontravam necessitadas.

Foi feito senhor de Sampaio, em 22 de Maio de 1816, e, por Decreto de 16 de Março de 1818, recebeu a mercê do título de barão de Teixeira. Em 1819, entregou uma petição em que demonstrava a sua nobreza, bem como a sua ascendência, a fim de lhe ser passado o brasão de armas que lhe competia, que lhe foi efectivamente atribuído em 27 de Fevereiro desse ano.

Depois de, em 1 de Agosto de 1822, ter sido

nomeado pelas Cortes para a comissão do Tesouro, passaria, em 23 de Junho de 1823, a integrar o ministério presidido pelo conde de Palmela, nos lugares de presidente do Real Erário e ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, os quais desempenhou até 15 de Janeiro de 1825. Durante esse mandato, criou os livros de receita necessários às alfândegas dos portos de mar, da Casa da Índia e das Sete Casas, com o objectivo de ajustar no Real Erário as contas dos diversos recebedores, e estabeleceu, em regime de reciprocidade, a isenção de direitos para os diplomatas estrangeiros, de que mandou fazer uma escrituração especial.

Por Decreto de 3 de Julho de 1823, foi agraciado com o título de conde da Póvoa, por duas vidas, ao que se seguiu, por decreto do dia seguinte, a sua nomeação como membro do Conselho de Sua Majestade. Mais tarde, em 30 de Abril 1826, foi elevado, por carta régia, a par do Reino, tendo prestado juramento em 31 de Outubro do mesmo ano. Nessa nova dignidade, teria a sua primeira intervenção três dias depois, quando votou contra o parecer da comissão que pretendia inviabilizar o projecto de regimento interno da Câmara dos Pares, tal como fora decretado. Em 1828, por procuração passada ao conde de Peniche, assinou o Assento dos Três Estados do Reino, que aclamaram D. Miguel como legítimo rei.

Considerado, à época, como o dono da casa mais rica de Portugal, morreria na posse de uma fortuna calculada em 21 milhões de cruzados ou 8400 contos de réis. Era sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e comendador das ordens de Cristo e da Torre e Espada.

D. MIGUEL ANTÓNIO DE MELO DE ABREU SOARES DE BRITO BARBOSA E PALHA VASCONCELOS GUEDES



COLEÇÃO MARQUÊS DE SABUGOSA

D. Miguel António de Melo de Abreu Soares de Brito Barbosa e Palha Vasconcelos Guedes nasceu a 25 de Dezembro de 1766, em Nova Goa, e veio a falecer a 7 de Agosto de 1836. Era filho de D. João Domingues de Melo e Abreu e de D. Joaquina Mariana de Noronha. Em 1795, foi nomeado governador de Angola, em cujo exercício, ao longo de cinco anos, tratou de beneficiar o palácio dos governadores e mandou construir, em Calumbo, um forno de experiência para o ferro que vinha de Golungo, iniciando a extracção do referido minério nessa colónia portuguesa.

Exerceu, também, as funções de governador de Pernambuco e, entre 1806 e 1810, as de governador e capitão-general dos Açores, cujos actos de administração foram alvo de diversas críticas por parte de um jornalista inglês, redactor da *Chronica Naval para o Anno de 1813*, editada em Londres. Saiu, então, em defesa própria, escrevendo um folheto intitulado *Resposta ao Compilador e Editor do Jornal Inglez Intitulado "Chronica Naval para o Anno de 1813" sobre o que Nela Publicou em Descredito do Governador e Capitão General que Foi das Ilhas dos Açores, Suplemento Extraordinário ao Investigador Portuguez em Inglaterra*, publicado em 1814. No seguimento da Vila-Francada, foi nomeado membro da comissão criada por Decreto de 18 de Junho de 1823, incumbida de elaborar um projecto de Carta Constitucional, e, nessas funções, escreveu o *Projecto para a Reforma da Lei Fundamental da Monarchia Portugueza, Ajustado ao Genio, Character, Fóros,*

Usos e Costumes da Nação Respectiva, com as Alterações e Acrescentamentos que a Diversidade dos Tempos e das Circumstancias Persuadem Necessarias, Maiormente depois das Grandes Convulsões Politicas, que a Referida Nação tem Padecido entre os Annos de 1820 e 1827, publicado em Paris, sem o seu nome e com algumas alterações ao texto original. D. João VI chamá-lo-ia ao seu gabinete, onde ocupou, entre 15 de Janeiro de 1825 e 1 de Agosto do ano seguinte, os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e de presidente do Real Erário, além de ter sido nomeado ministro interino dos Negócios Estrangeiros em 26 de Janeiro de 1825.

Durante o primeiro desses mandatos, conduziu, pelo Alvará de 31 de Maio de 1825, uma reforma da Junta dos Juros, que passou a funcionar independentemente do Real Erário, sob a presidência do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, o qual propunha, a partir de agora, os seis deputados (dois negociantes, dois oficiais da Fazenda e dois magistrados) que integravam a mesma. São, no entanto, mantidas as competências da Junta dos Juros quanto à cobrança, fiscalização e arrecadação das suas receitas e pagamento de encargos da dívida, procedendo-se, por outro lado, à sua transferência para o Palácio dos Estaus, no Rossio de Lisboa, instalada que estava, até então, no antigo edifício das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba, na freguesia de São Paulo da mesma cidade.



Abandonando o Governo, afastou-se da vida política, embora se mantivesse nos lugares de conselheiro do Conselho da Fazenda, de Sua Majestade e da Casa das Rainhas. Por Decreto de 6 de Fevereiro de 1826, fora elevado à dignidade de conde de Murça, título que lhe foi concedido de juro e de herdade. Data também desse ano a sua nomeação para par do Reino, com a particularidade de ter integrado a primeira Câmara dos Pares que houve em Portugal. Havendo sido moço fidalgo com exercício, ostentava, também, as honras de 14.^o senhor de Murça e Castro Daire, senhor do morgado da Figueira e comendador de Santa Maria de Freixas, na Ordem de Cristo. Era, ainda, sócio honorário da Academia Real das Ciências.

D. ANTÓNIO DE SALDANHA DA GAMA

D. António de Saldanha da Gama nasceu a 5 de Fevereiro de 1778, em Lisboa, e veio a falecer a 23 de Julho de 1839, sendo filho de D. Manuel de Saldanha da Gama, conselheiro do Ultramar e moço fidalgo, e de D. Francisca Joana Josefa da Câmara.

Apesar de ter desempenhado vários cargos, foi a sua acção como diplomata e administrador colonial que particularmente o distinguiu.

Antes de completar 30 anos de idade, já havia sido nomeado governador e capitão-general do Maranhão (1802), conselheiro do Ultramar (1806) e governador-geral de Angola (1807).



FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL, BRASIL

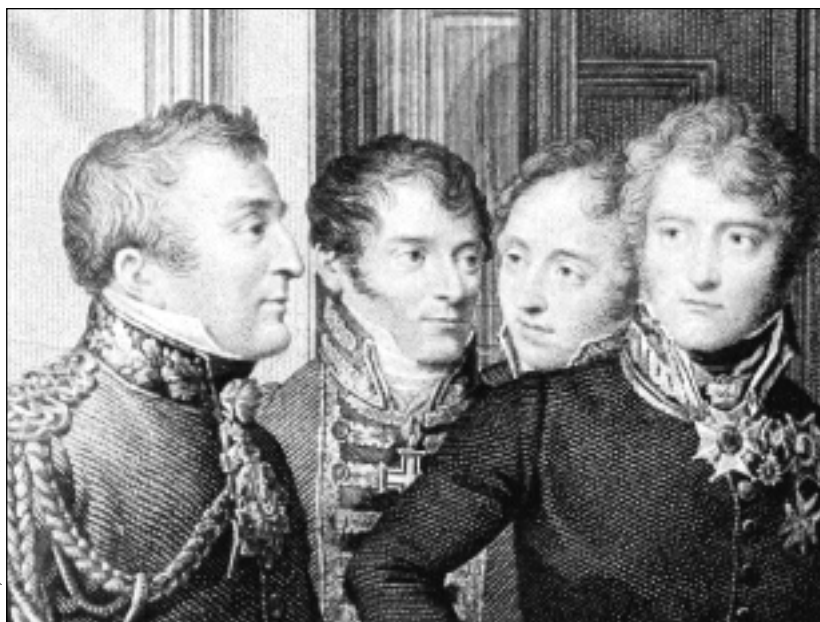
O período do seu governo de Angola foi um dos mais notáveis que teve aquela província, visto que iniciou a exploração das minas de ferro e cobre do interior de Angola e das minas de enxofre de Benguela, introduziu a cultura da goma copal, do cardamomo e de outros produtos agrícolas de valor, isentou os sobas de algumas obrigações onerosas e restabeleceu a aula de matemática. Ainda durante o seu governo, fez-se a primeira tentativa de descoberta do caminho através de África, de ocidente para oriente, estabeleceu-se uma coudelaria no Donde e construiu-se um cemitério em Luanda. Em 1810, foi conselheiro da Fazenda no Brasil e, quatro anos mais tarde, integrou a representação portuguesa no Congresso de Viena, como ministro plenipotenciário, prestando nessa missão diplomática distintos serviços.

Viria a ser colocado nos lugares de ministro plenipotenciário em São Petersburgo e em Madrid, em 1815 e 1820, respectivamente, tendo sido escolhido, no último destes anos, por Decreto de 24 de Maio, para integrar o Governo de Portugal.

Em 1823, passou a embaixador extraordinário na capital espanhola e recebeu a mercê do título de conde de Porto Santo, por Decreto de 23 de Outubro.

Encontrava-se em Madrid quando, em 1825, foi chamado pela infanta regente D. Isabel Maria para se encarregar da pasta dos Negócios Estrangeiros, tendo assumido também, ainda que interinamente, a pasta dos Negócios da Fazenda, entre 4 e 26 de Setembro de 1825.

No ano seguinte, recebeu os pergaminhos de par do Reino, mas, pouco depois, seria demitido



do ministério pela infanta regente, afastando-se, temporariamente, da vida pública.

Veio, entretanto, a assinar o Assento dos Três Estados do Reino que aclamou D. Miguel como legítimo Rei de Portugal, no ano de 1828.

Em 1833, regressou à política, tendo sido nomeado o primeiro presidente da Comissão Municipal de Lisboa depois da tomada da capital pelas tropas liberais.

Após completar 34 anos de serviço, como nunca recebera remuneração alguma nem fora agraciado com bens da Coroa, requereu à rainha D. Maria II a mercê das comendas de São Pedro do Sul, de São João do Pinheiro e de São Salvador de Baldeiros, da Ordem de Cristo, que se encontravam vagas, em remuneração de todos os serviços que havia prestado em prol do Reino.

A par do exercício de cargos civis, seguiu a carreira militar, no ramo da Marinha, tendo alcançado o posto de chefe-de-esquadra da Armada Real. Foi, aliás, nos seus tempos de ajudante-de-campo do grão-mestre príncipe Augusto de Inglaterra, duque de Sussex, que aderiu à Maçonaria.

Era fidalgo da Casa Real, veador da rainha D. Carlota Joaquina, grã-cruz das ordens da Torre e Espada e de Carlos III, de Espanha, comendador da Ordem de São Bento de Avis e sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, Autor da obra *Memoria sobre as Colonias de Portugal, Situadas na Costa Occidental da Africa, Mandada ao Governo em 1814*, veio a mesma a ser impressa pelos alunos da Casa Pia no ano da sua morte.

HERMANO JOSÉ BRAAMCAMP DE ALMEIDA CASTELO BRANCO

COLEÇÃO TRIBUNAL DE CONTAS



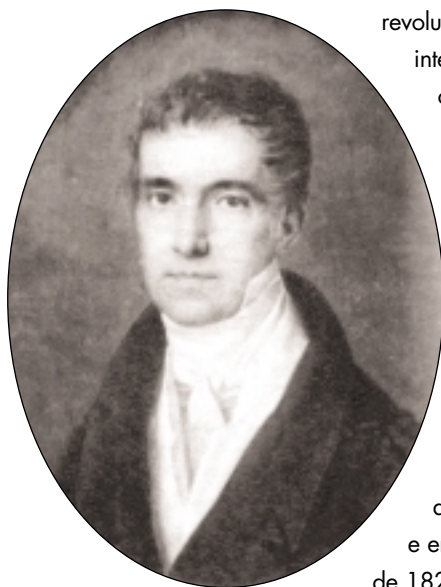
Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco nasceu em Lisboa, a 16 de Setembro de 1775, e veio a falecer a 2 de Janeiro de 1846. Era filho do 1.º barão de Sobral, Geraldo Venceslau Braamcamp d'Almeida Castelo Branco, e da 4.ª senhora de Sobral de Monte Agraço, Joana Maria da Cruz Sobral.

Alcançando, em 1794, o bacharelato em Direito, alistou-se no Exército a 30 de Setembro de 1796, como capitão do Regimento de Cavalaria do Cais. Obteria baixa do serviço militar a 3 de Março de 1803, por ter apresentado uma companhia de cavalaria à sua custa, que ficara adstrita àquele regimento.

Simpatizante das ideias progressistas e liberais, entrou para a Maçonaria em 1803, por intermédio da loja “Razão”, tendo-se transferido, seis anos mais tarde, para a loja “Amizade”, onde desempenhou as funções de grande recebedor da Sublime Câmara.

Chegada a Lisboa a notícia do movimento revolucionário do Porto, foi escolhido para integrar, como vogal, o governo interino, criado na capital a 15 de Setembro de 1820, e para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros, entre 27 de Setembro e 13 de Novembro e entre 18 de Novembro e 29 de Dezembro do mesmo ano. Deputado às Cortes Constituintes de 1821, eleito que fora pela província da Estremadura, seria reconduzido no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros entre 29 de Janeiro e 26 de Fevereiro de 1821 e entre 29 de Maio e 1 de Junho de 1823.

ANTIGA COLEÇÃO DE HENRIQUE CARDOSO DE MENEZES (MARGARIDE)
ACTUALMENTE NA COLEÇÃO DE SEU NETO O CONDE DE RIO GRANDE



Liberal moderado, afastou-se temporariamente da vida pública na sequência da Vila-Francada, regressando sob a regência da infanta D. Isabel Maria, em 1 de Agosto 1826, altura em que é encarregado da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, até 8 de Junho do ano seguinte. Durante esse mandato, prorrogou a liquidação da dívida, ordenou a carimbagem do papel-moeda, com vista à sua extinção, consolidou as dívidas contraídas com a construção do Palácio da Ajuda e apetrechamento da Marinha e autorizou um empréstimo de 4000 contos de réis, garantido pelo aumento da dotação da Junta dos Juros de 900 para 1600 contos de réis, para cujo efeito se atribuiu a este organismo parte das colectas do imposto do selo e se lhe confiou a administração do Estabelecimento do Selo.

Regressa ao exercício de cargos públicos em 1833, ao ser nomeado, pelo Governo Constitucional, membro da comissão encarregue de conhecer o estado da Dívida Externa Consolidada. Elevado a par do Reino em 1835, seria, três anos mais tarde, já em pleno Setembrismo, eleito senador, mantendo essa dignidade parlamentar até 1842.

Se, em 3 de Março de 1824, como reconhecimento dos serviços prestados ao País, D. João VI lhe renovou o título de 2.º barão de Sobral e Luz, viria, mais tarde, a ser agraciado com os títulos de 1.º visconde do Sobral e de 1.º conde de Sobral, pelos decretos de 14 de Setembro de 1838 e de 13 de Dezembro de 1844, respectivamente. Era, ainda, senhor da Vila de Sobral de Monte Agraço, senhor dos morgados do Sobral e da Luz e comendador da Ordem de Cristo.

D. PEDRO DE MELO DA CUNHA MENDONÇA E MENESES

D. Pedro de Melo da Cunha Mendonça e MeneSES nasceu a 14 de Outubro de 1784, em Lisboa, e aqui veio a falecer a 2 de Fevereiro de 1844.

Era filho do 1.º marquês de Olhão e 1.º conde de Castro Marim, D. Francisco de Melo da Cunha e MeneSES, e de D. Joaquina Teles da Silva.

Como era costume entre os membros da nobreza, ingressou na carreira das armas, tendo sido capitão de Infantaria.

Sucedeu ao seu pai como 2.º marquês de Olhão e 2.º conde de Castro Marim, em 1824, e nos

lugares de monteiro-mor do Reino e de presidente do Senado da Câmara de Lisboa.

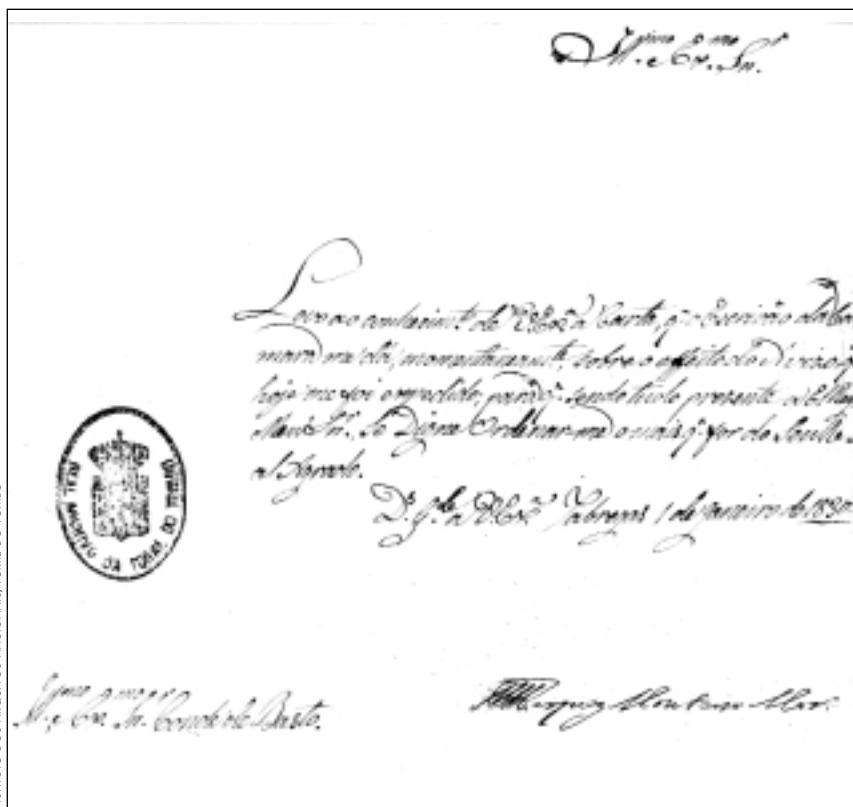
Exercia o último desses cargos quando D. Miguel subiu ao poder e manteve-o até às vésperas da vitória dos liberais. Durante o reinado miguelista, foi, ainda, deputado da Junta dos Três Estados. Tomou posse como par do Reino em 31 de Outubro de 1826. No decorrer dos trabalhos, esteve do lado dos pares que aceitaram o projecto de regimento da Câmara dos Pares enviado pelo Governo, expressando a sua opinião na votação de dia 3 de Novembro de 1826. Rejeitado o projecto por larga maioria, foi incumbido pelos seus pares, juntamente com o conde da Lousã, de proceder à revisão do regimento da sobredita câmara.

Em 10 de Junho de 1827, foi nomeado ministro interino dos Negócios Estrangeiros, depois de ter sobraçado a pasta dos Negócios da Fazenda entre 9 e 11 do mesmo mês.

Era comendador da Ordem de Cristo, senhor de Valdigem e de todas as comendas e morgadios dos seus ascendentes.



COLEÇÃO PALÁCIO DE XABREGAS



INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO



COLEÇÃO PALÁCIO DE XABREGAS

ANTÓNIO MANUEL DE NORONHA

António Manuel de Noronha nasceu em Lisboa, a 3 de Dezembro de 1761, e veio aí a falecer em 1860. Era filho de Cipriano António Rodrigues das Neves e de Maria Isabel de Noronha.

Militar de carreira, foi o chefe-de-esquadra da armada que conduziu a família real ao Brasil, em 1807, vindo a receber por tal serviço, em 1825, uma mercê de aforamento em três vidas da capela instituída na Madeira por João Rodrigues Távira.

Em 1822, quando era chefe de divisão da Armada Nacional e Real, foi nomeado para o cargo de governador das Armas da ilha da Madeira. No ano seguinte, começou a frequentar, no Funchal, uma das lojas maçónicas aí existentes. Depois de ser elevado a Conselheiro em 1825, foi eleito, em 5 de Outubro do ano seguinte, deputado pela

provincia da Estremadura às Cortes da Nação, para a legislatura de 1826 a 1828, com 96 votos. Abandonaria, porém, essas funções, ao ser nomeado para o cargo de ministro da Marinha, em 6 de Dezembro de 1826, que exerceu até meados de 1827, ano em que desempenhou, igualmente, o lugar de ministro dos Negócios da Fazenda, entre 11 e 17 de Junho. Era almirante da Armada quando foi nomeado governador-geral de Angola, em Janeiro de

1839, em cujas funções desenvolveu diversas actividades. Então, criou uma sociedade para a exploração mineira, mandou explorar as jazidas de petróleo do Dande, a serra do Libongo e o sertão de Moçâmedes, deu ordem para se fazerem várias explorações marítimas, iniciou a construção de uma estrada em condições entre o Alto das Cruzes e o Bengo, procurou restabelecer as feiras de comércio, ordenou culturas novas, diligenciou para que a Câmara de Luanda iluminasse a cidade, comprou bombas de incêndio e uma máquina artesiana e esteve na origem da Companhia de Comércio, Agricultura e Pesca de Benguela, competindo-lhe, ainda, a execução do decreto que abolia a escravatura. Sofreu, no entanto, vários dissabores na repressão do tráfico de negros, para o que muito contribuiu a oposição dos mercadores locais, que, inclusivamente, enviaram uma representação à rainha sobre o comportamento do governador, insinuando mesmo que não estava na posse plena das suas faculdades mentais, devido à doença de que, entretanto, havia padecido. Como essa situação se tornasse insustentável, embarcou, em 23 de Novembro de 1839, num iate de guerra com destino a Lisboa, depois de 10 meses de governo. Voltaria a ser eleito deputado em 1844, antes de receber a mercê do título de visconde de Santa Cruz, por Decreto de 15 de Outubro de 1851. Fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de São Bento de Avis e cavaleiro da Torre e Espada, foi vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar e condecorado com a medalha da Estrela de Ouro de Montevidéu.



MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHO

Manuel António de Carvalho nasceu em Carvalhais, concelho de Mirandela, a 31 de Maio de 1785, e veio a falecer em Alenquer, a 18 de Dezembro de 1858.

Era filho de Sebastião José de Carvalho e de Josefa Maria de Almeida Carvalho e irmão de Sebastião José de Carvalho, secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em 1822. Frequentando a Universidade de Coimbra por ocasião das invasões francesas, alistou-se num batalhão académico criado para fazer frente à dominação estrangeira.

Terminada a campanha e concluído o bacharelato em Leis, foi habilitado pelo Tribunal do Desembargo do Paço, em 1813, a seguir a carreira da magistratura.

Ainda nesse ano, ocupou o lugar de juiz de fora de Vila do Conde, mas progrediria ao ponto de ser nomeado desembargador extravagante da Casa e Relação do Porto e deputado da Junta dos Reais Empréstimos.

Adepto da causa liberal, é eleito deputado, pela província da Estremadura, às primeiras Cortes Constituintes, onde iniciou actividade após ter prestado juramento em 26 de Janeiro de 1821. Participou regularmente nos trabalhos parlamentares, intervindo sobre vários temas, com destaque para as Bases da Constituição, a liberdade de imprensa, o projecto de Constituição, a reforma dos forais e os tribunais da Relação. Quando se discutiu a liberdade de imprensa, mostrou-se contrário à instalação da censura prévia, pois, na sua opinião, só servia para “agrilhoar o pensamento, embrutecer o cérebro, acanhar as ideias e fazer que o homem não diga o que quer, senão o que querem

os censores”. Por outro lado, a censura prévia obstava à verdade, que “só se conhece depois das disputas e estas devem permitir-se para ela se aclarar”.

Defensor incondicional da liberdade de pensamento, afirmou nessa temporada parlamentar que “todo o homem tem da natureza e conserva na sociedade, como inauferível, o direito de poder pensar e manifestar, por palavras ou por escrito, o seu pensamento [...] Nunca se lhe deve tolher esse direito e só quando tiver abusado dele deve ser punido”. Conferida a regência à infanta D. Isabel Maria após a morte de D. João VI e a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, veio a integrar o Executivo em meados de 1827, ora no papel de secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, que desempenhou até 26 de Fevereiro de 1828, ora no de secretário de Estado dos Negócios da Justiça, que exerceu, interinamente, entre Agosto e Setembro de 1827.

Durante o reinado de D. Miguel, afasta-se da vida política, para regressar como deputado na legislatura de 1834-1836, depois de restabelecido o sistema constitucional. Foi reeleito deputado para as legislaturas de 1838-1840, 1842-1845, não sem antes ter sido chamado à presidência da respectiva câmara, em 1835. Ainda neste ano, regressou às funções governativas no executivo dirigido pelo 2.º conde de Linhares, sobraçando a pasta da Justiça entre os inícios de Maio e meados de Julho.

Em 17 de Abril de 1838, aceitou fazer parte, pela uma última vez, de um executivo, chefiado, no caso, por Sá da Bandeira, onde lhe foi atribuída, ainda que interinamente, a pasta dos



Negócios da Fazenda, que exerceu até 26 de Novembro seguinte.

Não por acaso, em 1840, foi agraciado por D. Maria II com o título de barão de Chanceleiros.

Membro da Maçonaria, encontrava-se entre os altos dignitários da Grande Loja da Maçonaria do Sul, além de ter desempenhado as funções de grande orador no Grande Oriente Lusitano, entre 1842 e 1843.

Nomeado conselheiro de Estado em 1845, seria, dois anos mais tarde, elevado a par do Reino, por carta de 22 de Outubro, tendo tomado posse dessa dignidade na sessão da Câmara dos Pares de 7 de Janeiro de 1848. Desta assembleia, viria ainda a ser, em 1855, presidente suplente, circunstância em que dirigiu e regulou muitos trabalhos e sessões parlamentares.

Comendador das ordens da Torre e Espada e de Leopoldo da Bélgica, foi ainda condecorado com a medalha de quatro campanhas da Guerra Peninsular.

LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque nasceu a 16 de Junho de 1792, em Lisboa, e veio a falecer a 27 de Dezembro de 1846. Era filho de João Pedro Mouzinho de Albuquerque, bacharel em cânones e desembargador do Paço, e de Luísa da Silva Guterres e Ataíde. Destinado a servir na Ordem Militar de São João de Jerusalém, cedo se apercebeu da falta de vocação para os assuntos das armas e desligou-se do instituto em que os seus pais o tinham feito entrar.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Revelando, desde tenra idade, grande gosto pela poesia, desenho e ciências físicas, traduziu a tragédia em verso *Andrómaca*, de Racine, e dedicou-se ao coleccionismo na área da entomologia, mineralogia e química.

Tentou seguir a carreira da Marinha, mas, confrontado com inúmeros obstáculos, desistiu e alistou-se como cadete na Brigada Real. No entanto, começaria a frequentar, em 1809, a Academia da Marinha, onde foi premiado todos os anos e em cujo Observatório Real praticou. Dedicou-se depois à agricultura, indo estabelecer-se para o efeito na vila do Fundão, onde permaneceu entre 1814 e 1820. Neste ano, a pedido do seu sogro, responsável pela publicação em Paris do periódico *Os Anais das Ciências e das Letras*, seguiu para a capital francesa e aí dirigiu, ao longo de três anos, o referido jornal.

Durante a sua estada em Paris, frequentou diversos cursos públicos, entres eles, o de Nauglin, e estudou em laboratório com o preparador Dubois. Ofereceu, então, ao Instituto de França um trabalho de química que se pode considerar como uma tábua sinóptica de reacções, o qual mereceu um relatório especial feito por dois sábios distintos, Gay-Lussac e Chaptal. Faria ainda uma viagem de estudo à Suíça, em 1822, antes de regressar à pátria depois da Vila-Francada. Conheceu nessa altura o marquês de Palmela, então ministro, que o nomeou provedor da Real Casa da Moeda, cujo exercício obrigava, por inerência, à regência de uma cadeira de física e de química no laboratório da instituição. Ainda em 1823, a Academia Real das Ciências de Lisboa elegeu-o como seu sócio efectivo e,

dois anos depois, como sinal da reputação que já então lograva na área das ciências naturais, foi encarregado pelo governo de ir aos Açores estudar as águas minerais da ilha de São Miguel. Nos tempos seguintes, perante a ameaça das forças absolutistas, integra o exército que defendia a Carta Constitucional, sendo nomeado, nos finais de 1826, engenheiro do quartel-general do governador das armas da Beira Alta, quando já detinha a patente de tenente do Real Corpo de Engenheiros, desde 1824.

Acaba por sair do País já depois de D. Miguel ser aclamado rei, ao que se segue um périplo por Inglaterra, Brasil e França, antes de seguir para a ilha Terceira, onde, depois de reunir com os chefes da resistência liberal, é escolhido para secretário da Regência, para todas as repartições.

Assumindo D. Pedro o poder, nomeou-o, em 11 de Março de 1832, capitão-general e governador da ilha da Madeira, que, juntamente com Porto Santo, estava em poder dos miguelistas. Procurou fazer um bloqueio a esse arquipélago, mas apenas logrou tomar Porto Santo, que abandonaria pouco depois perante a notícia da largada de uma frota miguelista de Lisboa. Poucos meses depois, partiria na expedição liberal que desembarcou nas praias do Mindelo em 8 de Julho de 1832, seguindo de imediato para o Porto, onde, durante o longo cerco imposto pelas forças miguelistas, prestou os mais altos serviços como militar e estadista. Em 29 de Julho de 1832, foi nomeado para o lugar de ministro da Marinha, que manteve até 10 de Novembro seguinte, e passou a exercer, a título interino, a pasta dos Negócios do Reino. Já depois da sua demissão do Ministério da Marinha, viria a participar com o ministro do

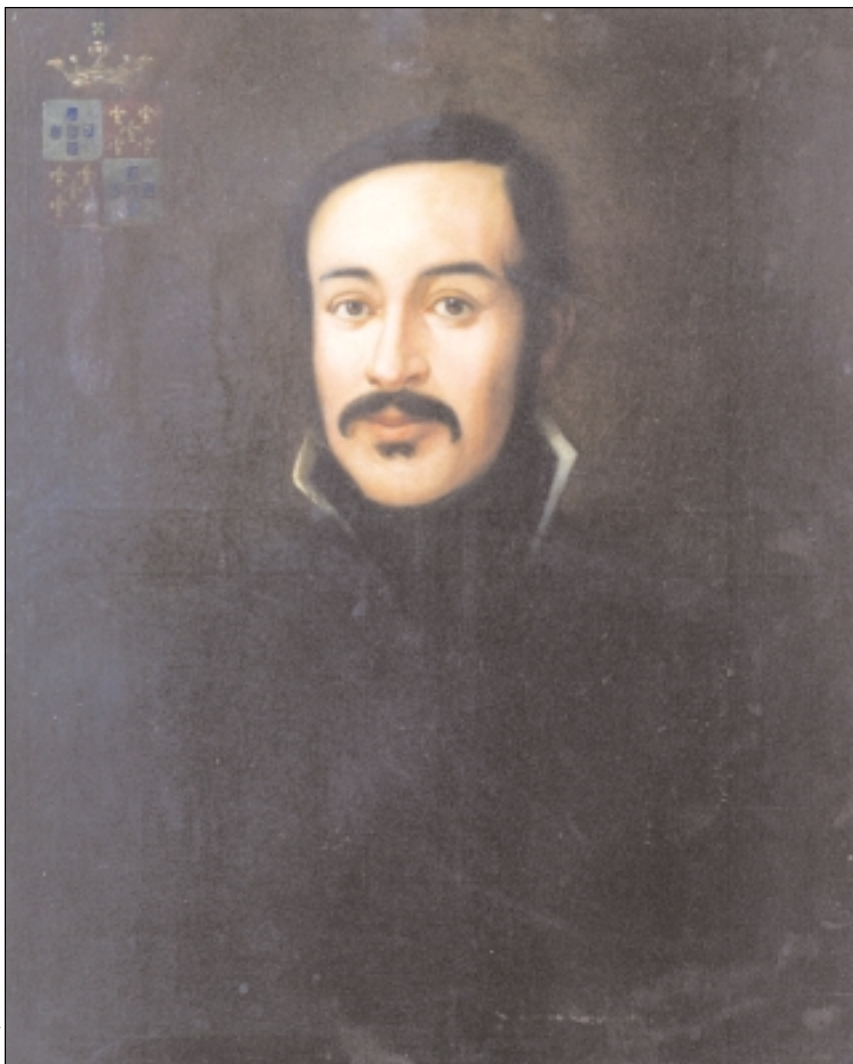
Reino, o duque de Palmela, em negociações diplomáticas com a Inglaterra e a França, tendo em vista o empréstimo de dinheiro e a intervenção desses países para a suspensão da guerra e reconhecimento do reinado da futura D. Maria II.

Até ao fim da guerra civil, iria participar em diversas acções militares como secretário militar do duque da Terceira, entre elas, o desembarque das tropas liberais em Lisboa.

Promovido a major no decorrer da guerra civil, alcançaria o posto de tenente-coronel já após a assinatura da Convenção de Gramido. É então que assume, de facto, as funções de governador da ilha da Madeira, para onde parte em 3 de Agosto de 1834. Nesse mandato, que durou até aos últimos meses de 1835, contribuiu para a pacificação da ilha e realizou alguma obra no âmbito da instrução e das obras públicas.

Em 18 de Novembro de 1835, poucos dias depois de ter sido eleito deputado por Lisboa e na sequência da queda do ministério do duque de Palmela, torna-se membro do governo de José Jorge Loureiro, com o ónus da pasta dos Negócios do Reino, que sobraçará até Abril de 1836, altura em que o ministério pede a demissão. Mantém-se, no entanto, ligado à pasta que, havia pouco, chefiara, sendo nomeado, em 14 de Junho seguinte, inspector das Obras Públicas da Região Centro. Ficam, então, sob a sua alçada as obras da barra de Aveiro, do encanamento do Mondego e da estrada de Lisboa ao Porto. Viria a ser eleito deputado nas eleições de Novembro de 1836, embora recusasse assumir o lugar de parlamentar, por fidelidade à Carta Constitucional, que fora posta em causa pela revolução de 9 de Setembro anterior. Apesar

de não aceitar funções políticas nos primeiros tempos do Setembrismo, continuou, no entanto, a colaborar com o Ministério do Reino, ao qual dirigiu, em 4 de Maio de 1837, o seu relatório sobre as obras da barra da Figueira da Foz, que foi aprovado. Em Agosto de 1837, fez parte da “revolta dos marechais”, que tentava restaurar a Carta



COLECCÃO JOSÉ LUÍS ALBUQUERQUE POREY

Constitucional, mas, não conseguindo esse movimento obter o apoio da capital, acabaria por se exilar em Paris.

Não se sabe quando regressou a Portugal, mas em 7 de Setembro de 1839, alguns meses depois de ter jurado a Constituição de 1838, foi novamente nomeado inspector das Obras Públicas da Região Centro.

Viria, a 9 de Julho de 1840, a ser convidado para ocupar o lugar de governador da Índia, no momento em que se instalara um conflito entre Portugal e a Inglaterra a propósito das colónias de Goa, Damão e Diu, mas, não satisfeitas as suas condições, manteve-se nas funções de inspector das Obras Públicas do Reino.

Em 9 de Fevereiro de 1842, perante a revolta do Porto a favor do restabelecimento da Carta Constitucional, foi chamado ao Paço para constituir um ministério sob a presidência do duque da Terceira, sendo, então, incumbido, a título provisório, das pastas do Reino e da Justiça. Demitiu-se quinze dias depois, em oposição frontal ao governo, o que não impediu que exercesse o cargo de inspector-geral interino das Obras Públicas do Reino até Janeiro de 1843. Na primeira metade deste ano, intensificou a sua actividade na Câmara dos Deputados, para que tinha sido eleito no ano anterior, onde interveio sobre as comunicações internas, as questões coloniais, a instrução pública e a situação dos militares que haviam servido D. Miguel.

A partir dos finais de 1843, em razão das medidas restritivas do Governo e do limitado funcionamento das Cortes, a sua participação parlamentar torna-se menos activa, ao ponto de deixar de intervir em meados de Outubro de 1844 e de se notar a sua ausência em 1845, embora viesse a retomar as funções de deputado

após as eleições de Agosto deste ano. Em 21 de Maio de 1846, altura em que presidia à junta de Leiria, constituída na sequência da Revolução da Maria da Fonte, foi nomeado governador civil desse distrito, mas por pouco tempo, uma vez que seria chamado ao governo do duque de Palmela no dia 23 do mesmo mês, para sobraçar a pasta dos Negócios do

Reino, de que transitou, em Julho seguinte, para a pasta da Marinha.

Na sequência do golpe palaciano de 6 de Outubro de 1846, que pôs termo ao ministério do duque de Palmela, viria a juntar-se às fileiras antigovernamentais. Nomeado chefe do estado-maior do Exército patuleia do conde das Antas, acompanhou, como coronel, a divisão do conde de Bonfim que ocupou Torres Vedras, onde foi encarregado do comando do castelo da vila. Saiu ferido da batalha travada em 22 de Dezembro, falecendo cinco dias depois. Era fidalgo da Casa Real, conselheiro de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de São João de Jerusalém, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição e comendador da Ordem da Torre e Espada.

Sócio honorário da Real Academia das Ciências de Lisboa e de associações científicas nacionais e estrangeiras, foi autor de diversas obras, com destaque para *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública* (1823), *Guia do Engenheiro na Construção de Pontes de Pedra* (1844) e *Memória Inédita sobre Edifício Monumental da Batalha* (1857).



COLEÇÃO JOÃO MARIA D'ORÉY DE AZEVEDO COUTINHO, ÓLEO DE F. A. OERENSE

JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA BRAK-LAMY



COLEÇÃO MARIA JULIETA BRAK-LAMY PADESÇA DE BAIKORY

José António Ferreira Brak-Lamy nasceu em Lagos, em 1781. Era filho de Miguel José Ferreira, capitão de milícias do terço da comarca de Lagos, e de Brízida Maria Caetana Brak. A sua mãe era filha de um italiano de nome Jacomo Brak e de uma senhora francesa chamada Thérèse Lamy, pelo que a família passou a usar o apelido Brak-Lamy. Havendo obtido, em 1801, o grau de bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, viria a exercer os lugares de juiz corregedor da Comarca de Guimarães, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto, juiz da Relação dos Açores e juiz da Relação de Lisboa, culminando a sua carreira judiciária no cargo

de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, de que recebeu carta em 14 de Setembro de 1839.

Adepto da causa liberal, assumirá os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, do Reino, da Fazenda e dos Estrangeiros até 10 de Outubro de 1831, depois de ter sido nomeado para o efeito em 2 de Julho de 1831, pelo Conselho de Regência da ilha Terceira.

Finda a guerra civil entre liberais e absolutistas, recebeu, em 23 de Setembro de 1834, carta de título do Conselho e foi eleito deputado às Cortes para as legislaturas de 1834-1836 e de 1840-1842.

JOSÉ DIONÍSIO DE SERRA



COLEÇÃO DE ESTAMPAS: BIBLIOTECA NACIONAL

José Dionísio de Serra nasceu a 9 de Outubro de 1772, em Lisboa, e veio a falecer a 14 de Julho de 1836.

Frequentou as aulas da Academia da Fortificação, tendo sido, em 1803, despachado alferes de Infantaria. Passou depois à arma dos engenheiros, na qual alcançou o posto de coronel. Partidário do regime constitucional, aquando do movimento insurreccional do Porto de 1828, parte para os Açores onde se reúne com os apoiantes da causa liberal.

Em 10 de Outubro de 1831, foi nomeado ministro e secretário de Estado da Regência na repartição dos Negócios do Reino, Eclesiásticos, de Justiça e da Fazenda, exercendo o cargo até à chegada de D. Pedro,

duque de Bragança, à ilha Terceira, que assumiu a Regência em 2 de Março de 1832.

Encarregado da inspecção dos quartéis e obras em todo o arquipélago dos Açores, veio para Portugal com o exército libertador, tendo tomado parte na defesa das linhas do Porto. Terminado o cerco a esta cidade, foi nomeado inspector-geral dos Quartéis, cargo que exerceu até ao seu falecimento.

Foi autor de algumas obras, entre elas, um discurso em memória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1.º conde de Linhares. Era oficial da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e cavaleiro e comendador da Ordem de São Bento de Avis.

JOSÉ DA SILVA CARVALHO

José da Silva Carvalho nasceu a 19 de Dezembro de 1782, em S. João de Areias, e veio a falecer a 5 de Setembro de 1856.

Era filho de José da Silva Saraiva e de Ana de Carvalho. Proveniente de uma família de agricultores pouco abastados, conseguiu frequentar em Coimbra o Colégio das Artes, graças às economias e aos sacrifícios de seus pais.

Matriculou-se, em 1800, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde, em 1805, concluiu o curso com distinção, facto que lhe granjeou a estima dos professores e o respeito dos colegas.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Estabeleceu-se, de seguida, como advogado em Lisboa, mas pouco depois, em 1810, foi nomeado juiz de fora de Recardães. Lord Wellington recomenda-o, em 1814, para juiz dos órfãos do Porto, como prémio pelos seus serviços, em cujo exercício acumulou o cargo de auditor das províncias a norte do rio Douro. Co-fundador do Sinédrio, sociedade secreta pró-liberal, integra, na sequência da revolução de 24 de Agosto de 1820, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino – como secretário com voto e ajudante do deputado encarregado dos Negócios do Reino e da Fazenda – e a Junta Provisional Preparatória das Cortes.

Em 27 de Janeiro de 1821, foi nomeado pelas Cortes membro da regência encarregada do governo do País durante a ausência do rei e, depois da chegada de D. João VI a Lisboa, é escolhido para integrar o novo ministério, no qual se encarregará da pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, entre 7 de Setembro de 1821 e 27 de Maio de 1823.

Assistindo-se, a partir desta data, à derrocada do modelo liberal vintista, emigra para Londres, onde permaneceu até à outorga da Carta Constitucional de 1826, que de novo lhe abre as portas da Nação, embora se veja forçado a partir novamente para a capital inglesa logo após a ascensão de D. Miguel ao poder, em 1828, quando é expedida uma ordem de prisão contra si.

Em Londres, é nomeado pelo duque de Palmela vogal da Comissão de Socorros aos Emigrados e, quando D. Pedro IV, vindo do Brasil, desembarca em Falmouth no mês de Junho de 1831, foi um dos que logo se apresentaram ao imperador,

acompanhando a expedição para os Açores na qualidade de auditor-geral das tropas. Da ilha Terceira, foi para o Porto com o exército liberal e, em 13 de Dezembro de 1832, é escolhido para o lugar de ministro dos Negócios da Fazenda da Regência de D. Pedro, que mantém até 18 de Novembro de 1835. Volta a sobraçar a pasta dos Negócios da Fazenda em 20 de Abril de 1836, apenas por alguns meses, saindo em 10 de Setembro do mesmo ano. É considerado como o grande obreiro da gestão financeira do período compreendido entre a guerra civil e o Setembrismo, adoptando uma política alicerçada no crédito externo, com recurso aos



COLEÇÃO CASA-MUSEU DR. ANASTÁCIO GONÇALVES, COLUMBANO BORDALO PINHEIRO

bens nacionais como garantia de pagamento dos empréstimos contraídos em Londres. Estes acabariam por se traduzir no aumento da dívida pública em 17 356 contos de réis, só no ano de 1835, e, a longo prazo, no acentuar da dependência de Portugal relativamente à Inglaterra. No agravamento da dívida, jogou um importante papel a errada avaliação do produto a obter através da venda dos bens nacionais. Tal produto havia funcionado, de facto, como garantia dessas transacções, mas, como o Governo havia distribuído títulos, os chamados papéis azuis, que aceitava agora para a compra dos bens nacionais, a quantidade de numerário arrecadado foi muito pouca, saldando-se as medidas de desamortização num fracasso. Perante estes resultados, tornou-se em alvo de críticas no Parlamento e na imprensa da época e acabou por ser demitido das duas vezes que se encarregou da pasta dos Negócios da Fazenda.

Em 1838, depois de estar exilado cerca de dois anos, volta a Portugal para jurar a nova Constituição e é eleito deputado às Cortes, onde voltará em 1841. Restaurada a Carta Constitucional em 1842, ascendeu à Câmara dos Pares, da qual foi nomeado vice-presidente.

Retomaria, ainda, a carreira da magistratura, que iniciara na sua juventude, ao assumir o lugar de presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Instado a aceitar o título de conde por diversas vezes, recusou sempre, preferindo morrer com os apelidos que herdara de seus pais.

Além de conselheiro de Estado, era grã-cruz das ordens de São Tiago de Espada e de Carlos III, de Espanha, bem como sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa.

FRANCISCO ANTÓNIO DE CAMPOS

Francisco António de Campos nasceu em Vila Nova de Foz Côa, a 1 de Novembro de 1780, e veio a falecer em Agosto de 1873, viúvo, sem descendentes e na posse de uma grande riqueza.



COLEÇÃO ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA

Era filho de Luís de Campos Henriques, grande proprietário no concelho de Vila Nova de Foz Côa, e de Angélica Mendes da Silva.

Na Universidade de Coimbra, matriculou-se no curso de Leis em 1796 e obteve o respectivo bacharelato em 1801. Deslocou-se, depois, para Lisboa, em virtude dos negócios que desenvolvia e pelo facto de ser o guarda-livros do contrato do tabaco da comarca da capital.

Eleito deputado às Cortes Ordinárias de 1822, pela divisão de Lisboa, tomaria o seu lugar em 20 de Novembro do mesmo ano. Foi tesoureiro das Cortes e pertenceu à Comissão do Comércio e à comissão especial encarregue da reforma das pensões.

Ainda em 1822, tornou-se sócio da Sociedade Literária Patriótica, associação política que propugnava a doutrina liberal e a divulgação dos seus princípios.

O encerramento das Cortes, na sequência do golpe da Vila-Francada, afastou-o dos negócios públicos até 1826, altura em que, depois de outorgada a Carta Constitucional, foi eleito deputado às Cortes, pelas províncias da Beira e Estremadura, tendo tomado posse a 6 de Novembro do referido ano. Nesse mandato, integrou a 7.^a Comissão Central, as comissões administrativa e da fazenda e as comissões especiais para a elaboração do projecto do regimento das duas câmaras e da lei sobre as eleições e número de deputados da nação.

Após o encerramento das Cortes por D. Miguel, seguiu para o exílio, onde teve um papel activo na angariação de fundos para a causa liberal e pertenceu à Junta do Conselho da Regência. Finda a guerra civil e restabelecida a Carta

Constitucional, recebeu, em 1834, a carta de conselheiro real, em reconhecimento dos serviços prestados à pátria. Ainda nesse ano, não só seria eleito para o senado da Câmara de Lisboa – que não chegou a integrar, pois assumiu o mandato de deputado – como se tornaria no primeiro presidente da então fundada Associação Mercantil Lisbonense.

Em 27 de Maio de 1835, é chamado ao ministério chefiado pelo marquês de Saldanha, para se encarregar, até Julho seguinte, da pasta dos Negócios da Fazenda.

Voltou a assumir essa pasta em 18 de Novembro de 1835, no ministério chefiado por José Jorge Loureiro, da qual se ocuparia até 6 de Abril de 1836, altura em que faz publicar o *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Apresentado na Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 29 de Fevereiro de 1836*.

Durante esses dois mandatos governamentais, debateu-se com o agravamento da situação financeira, suscitado pelos empréstimos contraídos pelo gabinete de José da Silva Carvalho, por si considerados como "acidente e como uma desgraça" e apenas tolerados enquanto recurso excepcional e nunca "como meio de administração e como modo de regular a prosperidade". Havia, contudo, um ponto de passagem entre o seu pensamento e o de José da Silva Carvalho, que se traduzia na necessidade de vender os bens nacionais "sem quaisquer formalidades embaraçosas", mas, ao contrário do seu anterior homólogo, que aceitara papéis de crédito, considerava que o pagamento dos bens deveria processar-se em dinheiro de contado ou metálico.

Descontente com a situação política e frequentador da Sociedade Patriótica Lisbonense, local de reuniões e de discussão de propostas mais radicais para a sociedade portuguesa, aderiu à revolução de Setembro de 1836, vindo a ser senador de 1838 a 1842. Entretanto, em 6 de Fevereiro de 1837, recebera o título de 1.º barão de Vila Nova de Foz Côa. Restaurada a Carta Constitucional, passa à oposição declarada, pelo que chega a ser preso por actividades contra o Estado. Representando o advento da Regeneração a derrota do projecto democratizante que defendia, afastou-se da política e dedicou-se exclusivamente a assuntos jurídicos e literários, nomeadamente, filológicos, a que vinha a dedicar-se há algum tempo. Publicou vários trabalhos nesta área e artigos no jornal *Pantólogo*, que assinava com Y. Em 1861, aos 81 anos de idade, D. Luís nomeia-o par do Reino, em reconhecimento de uma vida dedicada à causa pública. Segundo a *História da Maçonaria*, pertenceu a essa sociedade secreta, onde adoptou o nome simbólico de *Sêneca*, exercendo os lugares de grande administrador, em 1821, e de grão-mestre do Grande Oriente da Maçonaria do Sul, entre 1840 e 1849. Era comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, cavaleiro da Ordem de Cristo e sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.

JOSÉ JORGE LOUREIRO

José Jorge Loureiro nasceu a 23 de Abril de 1791, em Lisboa, onde veio a falecer a 1 de Junho de 1860.

Era filho de Domingos Gomes Loureiro e de Ana Isabel Joaquina de Loureiro. Depois de concluir os estudos preparatórios, matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Tinha iniciado o curso há pouco tempo, quando foi surpreendido pela revolução contra as tropas francesas em 1808, alistando-se, então, como voluntário no batalhão académico. Aquando da Convenção de Sintra, voltou para Lisboa, decidido a trocar a carreira académica

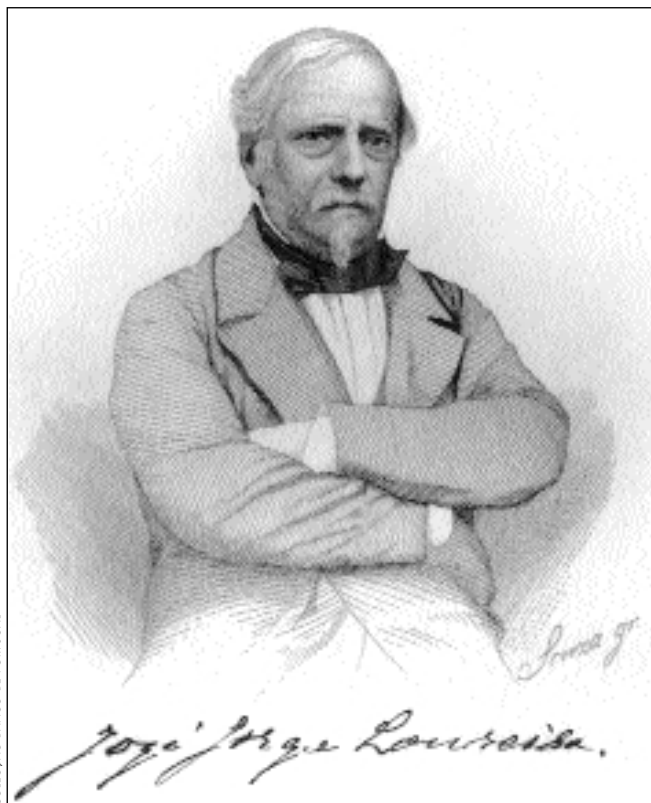
pela carreira militar. Assim, em 25 de Abril de 1809, assentou praça com o posto de alferes. Pouco depois, a 24 de Setembro desse ano, seria despachado oficial.

Iniciou os estudos práticos da arte da guerra às ordens do general Campbell, que o requisitara para seu ajudante-de-campo, participando no teatro de operações em Espanha, onde se distinguiu nas batalhas de Albuhera, em 16 de Maio de 1811, e de Pamplona, em Agosto de 1813.

Regressando ao seu País com o fim da campanha, seria, em 1818, promovido a capitão e nomeado adido à delegação portuguesa na Suécia, cargo em que se conservou alguns anos.

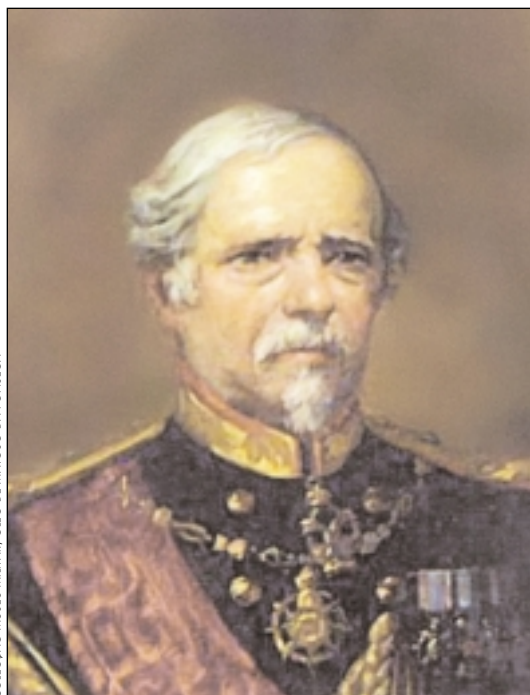
Quando voltasse a Portugal, haveria de ser colocado no Regimento de Infantaria 1.

Em 1828, restabelecido o regime absolutista, como partidário da causa liberal, a que havia aderido desde as suas primeiras manifestações, emigra para Londres, mudando-se pouco depois para Paris. Neste país, frequentou diversos cursos de ciências naturais, económicas e históricas e, na tentativa de aliar a vertente prática à componente teórica, empreendeu excursões a diversos pontos da França e Suíça, sempre com a ideia de expandir os seus conhecimentos. Partiu depois para os Açores para se juntar aos seus correligionários liberais, onde, à chegada, lhe foi confiada a comissão de chefe do Estado-Maior da 2.ª Divisão Expedicionária. Já no Porto, ganha a patente de major na Batalha de Ponte Ferreira, em 23 de Julho de 1832, e, logo a seguir, é encarregado da Repartição do Quartel-Mestre-General do Comando-em-Chefe do Exército libertador.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Antes de se tornar chefe do Estado-Maior da 3.^a Divisão, comandada pelo general Stubs, e quartel-mestre-general da divisão comandada pelo duque da Terceira, que viria a aportar em Lisboa no dia 24 de Julho de 1833, recebeu a comenda da Ordem da Torre e Espada, por se haver distinguido durante o cerco do Porto. Tomada a capital, foi responsável pela organização do Exército que defendeu com êxito as linhas de Lisboa dos sucessivos ataques das tropas miguelistas. Com o fim da guerra entre liberais e absolutistas, dedica-se à política e começa por integrar, em 18 de Novembro de 1835, o ministério chefiado pelo marquês de Saldanha, como ministro dos Negócios da Guerra, passando a assumir, sete dias depois, a presidência do Executivo, o qual viria a cair em 20 de Abril de 1836, em face das dificuldades financeiras.



COLEÇÃO MUSEU MILITAR, ÓLEO DE MATOSO DA FONSECA

Em 1838, pediu a demissão do posto de coronel, que lhe havia sido conferido em 1834, mas veio a ser reintegrado em Dezembro de 1840, sendo então nomeado chefe do Estado-Maior do Exército de Observação, formado em consequência das complicações diplomáticas que surgiram entre Portugal e Espanha. Restaurada a Carta em 27 de Janeiro 1842, foi chamado ao governo chefiado pelo duque da Terceira, a 9 de Fevereiro, com a responsabilidade das pastas da Marinha e, interinamente, dos Negócios da Fazenda, as quais exerceu cerca de uma quinzena de dias. Voltaria a integrar um ministério chefiado pelo duque da Terceira, em 16 de Maio de 1846, no qual se vê incumbido das pastas da Marinha e da Guerra, até 19 de Julho do mesmo ano. Em 6 de Junho de 1856, participa, pela última vez, num executivo, liderado, desta feita, pelo duque de Loulé, sendo-lhe atribuída a direcção dos ministérios da Guerra e dos Negócios da Fazenda, até 23 de Janeiro de 1857. Embora tivesse exercido a última dessas pastas a título interino, é durante o seu mandato que se proporciona aos portadores de títulos da dívida pública o averbamento dos mesmos e a cobrança de juros, por intermédio das delegações do Tesouro das capitais de distrito. Ascendendo, entretanto, ao generalato, foi escolhido por D. Pedro V, em Maio de 1860, para primeiro-ajudante-de-campo, embora viesse a falecer pouco depois. Condecorado com diversas cruces e medalhas de honra das campanhas da Guerra Peninsular, era grã-cruz das ordens de Leopoldo da Bélgica e da Coroa de Ferro da Áustria, bem como marechal-de-campo e conselheiro de Sua Majestade.

BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA DE FIGUEIREDO

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo nasceu em Santarém, a 26 de Setembro de 1795, e veio a falecer em Lisboa, a 6 de Janeiro de 1876. Era filho de Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, fidalgo da Casa Real e proprietário rico do Ribatejo, e de Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godinho.

Iniciou a sua carreira militar em 4 de Abril de 1810, quando assentou praça como voluntário no Regimento de Cavalaria 11, sendo, logo depois, reconhecido cadete. Em 15 de Dezembro

do mesmo ano, foi despachado alferes para a Cavalaria n.º 10 e, em 6 de Junho de 1812, foi promovido a tenente indo para o Regimento de Cavalaria 4.

Depois do desfecho das guerras napoleónicas, em que combateu, regressou a Portugal e pediu de imediato uma licença para estudos, que lhe foi concedida em 15 de Outubro de 1815.

Matriculou-se na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e frequentou os estudos matemáticos a partir de 1 de Maio de 1816.

Pronto para o serviço em 1817, decide dedicar-se à matemática, pelo que se matriculou na Universidade de Coimbra, em 1818.

Em 11 de Maio do ano seguinte, foi promovido a capitão de Cavalaria 4, partindo para Itália cerca de dois anos depois, para se juntar aos revolucionários napolitanos. Uma vez em França, ao tomar conhecimento do malogro dos liberais em Nápoles, obteve licença para ir estudar para Paris, onde frequentou o curso universitário de ciências naturais, permanecendo aí até 30 de Setembro de 1824.

De regresso a Portugal, é-lhe concedida licença para ir estudar em Londres, onde esteve entre 1 de Abril de 1825 e 31 de Março de 1826. Quando voltou ao seu País, foi nomeado assistente da divisão de operações do comando do ministro da Guerra, por Portaria de 12 de Outubro, e adido ao Estado-Maior do general visconde de Beire, governador das armas do Alentejo, em 27 de Novembro seguinte.

Promovido ao posto de major efectivo do Real Corpo de Engenheiros em 19 de Julho de 1827, viria a ser nomeado, em 1 de Junho de 1828, comandante dos engenheiros na divisão volante,

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



depois de se ter juntado às forças liberais que se levantaram, sem sucesso, contra ocupação do trono por D. Miguel. É então que sai do País, seguindo-se um périplo pela Galiza, Inglaterra, Madeira e Rio de Janeiro, até que chega aos Açores em 12 de Dezembro de 1829, onde foi nomeado ajudante-de-ordens do conde de Vila Flor, então governador e capitão-general do arquipélago. Em 4 de Abril de 1832, foi agraciado com o título de barão de Sá da Bandeira, quando já era ajudante-de-campo de D. Pedro, desde 16 de Março anterior.

Participando na expedição militar que rumou ao continente e desembarcou no Mindelo, foi nomeado governador militar do Porto, em 27 de Julho de 1832, cidade onde veio a perder o braço direito, numa das batalhas do cerco imposto pelas forças miguelistas. Pelo meio, fora promovido a tenente-coronel, por Decreto de 6 de Agosto do mesmo ano, em nome dos serviços prestados nos Açores. Ainda em 1832, no dia 10 de Novembro, foi-lhe confiada a pasta da Marinha e, interinamente, a do Reino, por Decreto de 18 desse mês, as quais exerceu até 29 de Maio de 1833.

Até ao fim da guerra civil, viria ainda a ascender ao posto de brigadeiro, passando pelo de coronel, além de ter sido nomeado governador de Peniche e de se ter encarregado, interinamente, do Governo Militar do Algarve.

Em reconhecimento dos serviços prestados durante o conflito, foi agraciado com o título de visconde de Sá da Bandeira, por Decreto de 1 de Dezembro de 1834.

A partir de então, integraria diversos executivos, o primeiro dos quais em 18 de Novembro de 1835, ficando a seu cargo a pasta da Marinha e, interinamente, a do Reino. Antes, em 1 de Setembro desse ano, havia sido elevado a par do Reino.

Foi de novo chamado ao poder em 10 de Setembro de 1836, para integrar o governo do conde de Linhares, sendo-lhe cometidas as pastas da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros – esta, interinamente. Cerca de dois meses depois, é a vez de ser nomeado presidente do Ministério e ministro dos Negócios Estrangeiros, por Decreto de 5 de Novembro, funções que seriam acrescidas da pasta da Guerra, por Decreto de 6 de Maio de 1837, e da pasta da Marinha, por Decreto de 27 de Maio de 1837. Torna-se, então, responsável pela abolição da escravatura nas colónias, pela reforma dos estudos universitários e pela organização de um novo plano para as escolas de instrução primária, antes de se demitir em 2 de Junho de 1837.

Em 10 de Agosto seguinte, foi chamado a presidir novo ministério, acumulando, interinamente, a pasta da Marinha, mas só assumirá efectivamente a chefia do Governo a partir de 14 de Outubro de 1837, por se encontrar, entretanto, no teatro de operações militares, a cercear o movimento oposicionista da “Revolta dos Marechais”. Depois de exercer as funções de comandante da 7.^a Divisão Militar e governador da praça de Elvas, é-lhe confiada a pasta da Guerra, em Fevereiro de 1842, na qual se demorará apenas dois dias. A partir de então, fará oposição aos ministérios cartistas e exercerá o cargo de comandante-geral da Guarda Nacional de Lisboa, até que é chamado de novo ao Executivo como ministro da Guerra, em Julho de 1846, de cujas funções viria a demitir-se em consequência do golpe palaciano de 6 de Outubro seguinte, facto que antecedeu a Patuleia.

Após a guerra civil, em que tomou o lado dos vencidos, foi amnistiado em Agosto de 1847 e, quatro anos depois, promovido a



COLEÇÃO MUSEU MILITAR

marechal-de-campo e nomeado director da Escola do Exército.

A partir de 1851, voltou a figurar na cena política e, como militante do Partido Histórico, integra o Ministério nomeado em 6 de Junho de 1856, ocupando os cargos de ministro da Marinha e, interinamente, das Obras Públicas, deixando esta pasta em 25 de Junho, para se encarregar, também a título interino, da pasta da Guerra, entre 23 de Janeiro e 8 de Setembro de 1857. Neste executivo, voltará a exercer o cargo de ministro da Guerra entre 16 de Setembro de 1858 e 16 de Março de 1859, altura em que também deixa de exercer a pasta da Marinha. Regressou ao poder em 3 de Dezembro de 1860, para sobraçar, novamente, a pasta da

Guerra, o que fez até 14 de Janeiro de 1864. Durante esse exercício, foi ainda presidente interino do Governo e ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 12 de Setembro de 1862 e 6 de Outubro de 1863.

Em 1864, foi elevado a marquês de Sá da Bandeira, por Decreto de 3 de Fevereiro, e promovido do posto de tenente-general, a que ascendera em 1857, ao de general-de-divisão. No ano seguinte, volta a integrar dois governos, ora como ministro da Guerra, em 5 de Março,

ora como presidente do Ministério, em 17 de Abril, onde se mantém apenas por cinco meses. É então que se afasta definitivamente do Partido Histórico, formando com os seus correligionários um novo partido, o Reformista.

Alheado, temporariamente, do palco governativo, é nomeado, por Decreto de 24 de Agosto de 1866, ajudante-de-campo do rei D. Luís e, por Decreto de 1 de Setembro do mesmo ano, presidente da Comissão encarregada de resolver o sistema de fortificações de Lisboa e do seu porto. Na sequência da Janeirinha, é chamado a presidir ao novo Ministério, em 22 de Julho de 1868. Não conseguindo impor as reformas que julgava necessárias, o seu governo caiu a 11 de Agosto de 1869, mas, no ano seguinte, depois de ter posto fim à ditadura militar de Saldanha, foi de novo convidado a presidir ao Executivo, que acabou por gerir em conjunto com a pasta da Guerra, entre 21 de Agosto e 29 de Outubro de 1870, retirando-se, nesta data, da vida política. Era moço fidalgo da Casa Real, conselheiro de Estado efectivo e ministro de Estado honorário, além de ter presidido ao Conselho Ultramarino. Sócio benemérito da Academia Real das Ciências e autor de diversos escritos, publicados em vários periódicos, foi também agraciado com numerosas condecorações, de que se destacam a Cruz das Quatro Campanhas da Guerra Peninsular, a medalha de D. Pedro e D. Maria das Campanhas da Liberdade e as grã-cruzes da Ordem de Cristo, de Isabel, a Católica (Espanha), de Leopoldo da Bélgica, do Salvador (Grécia), de Francisco José (Áustria), de São Gregório Magno (Roma), da Rosa (Brasil), de São Maurício e São Lázaro (Itália) e de Santa Rosa do Mérito Militar (Honduras). Era, ainda, grande-oficial da Legião de Honra de França e comendador da Ordem da Torre e Espada.



Vicente de Sá da Bandeira

JOAQUIM DA COSTA BANDEIRA

Joaquim da Costa Bandeira nasceu em Viana do Castelo, a 11 de Dezembro de 1786, e veio a falecer a 24 de Dezembro de 1853. Era filho de João da Costa, proprietário, e de Maria Josefa Cristina Bandeira. Herdou a grande casa de seu irmão – que, por sua vez, a recebera do tio, o reputado negociante Jacinto Fernandes Bandeira – e administrou-a com grande rigor, ao ponto de conseguir aumentar a sua fortuna. Manifestando predilecção pelas distinções nobiliárquicas, tratou de obter carta de brasão



IN: HISTÓRIA DO BANCO DE PORTUGAL, VOL. 1, DE DAMIÃO DE PERES

de armas, que lhe foi concedida em 6 de Abril de 1821. Requereu, também, a concessão de se encartar na segunda vida do título de barão de Porto Covo da Bandeira, com que o referido tio fora agraciado em 1805, o que alcançou pelo Decreto de 26 de Fevereiro de 1822. De resto, depois de receber a mercê de fidalgo cavaleiro em 3 de Janeiro de 1823, viria a ser agraciado com os títulos de visconde e de conde de Porto Covo da Bandeira, pelos decretos de 19 de Janeiro de 1835 e de 15 de Setembro de 1843, respectivamente.

Começou por desempenhar o lugar de presidente da direcção do Banco de Lisboa, logo que este foi fundado, em 20 de Março de 1821.

Passaria, em 27 de Setembro de 1824, para a presidência da Comissão para os Socorros aos Emigrados do Brasil.

Em 17 de Janeiro de 1826, foram-lhe concedidas as honras de exercício no Paço e, por Decreto de 23 do ano seguinte, foi agraciado com a carta de conselheiro.

Além de ter sido deputado da Junta dos Reais Empréstimos e presidente da Comissão para dar Auxílios a Estabelecimentos de Caridade, integrou, em 26 de Julho de 1833, a Comissão do Tesouro Público, bem como a Comissão criada para tomar conhecimento do estado da dívida externa consolidada.

Elevado a par do Reino em 1835, viria, no ano seguinte, a fazer parte do governo saído da Belenzada, em que assumiu a pasta dos Negócios da Fazenda, entre 4 e 5 de Novembro.

Era senhor de Porto Covo e comendador da Ordem de Cristo.

MANUEL DA SILVA PASSOS (PASSOS MANUEL)

Manuel da Silva Passos nasceu a 5 de Janeiro de 1801, nos arredores do Porto, e veio a falecer a 18 de Janeiro de 1862, em Santarém. Era filho de pequenos proprietários rurais do Minho, com alguma fortuna. Matriculou-se na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1817, acompanhado que foi nos estudos de Direito por seu irmão José da Silva Passos.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Adere à Revolução Liberal de 1820, participando, durante o triênio vintista, na redacção de diversos periódicos e na defesa da Constituição de 1822. O triunfo da reacção miguelista, em 1828, leva-o a seguir do Porto – onde era advogado – para o exílio, com destino a Paris, depois de ter passado por Plymouth.

Na capital francesa, onde assistiu à revolução de Julho de 1830, liga-se aos sequazes do duque de Saldanha, de cariz mais radical do que os emigrados em Inglaterra, chefiados por Palmela. Terminada a guerra civil em 1834, durante a qual combateu no cerco do Porto, assumiu um papel relevante nas Cortes, onde tomou assento como deputado eleito pelo Douro.

Opôs-se, então, à concessão da Regência e do comando-em-chefe de D. Pedro IV, mas, principalmente, ao projecto de lei de indemnizações, que autorizava a transferência dos bens dos miguelistas vencidos para os liberais vencedores. Tal atitude mereceu-lhe o respeito de todos, principalmente, dos seus adversários.

É também por esta altura que assume a liderança da Maçonaria do Norte.

Durante o início do reinado de D. Maria II, cerrou uma oposição decidida aos governos cartistas, Com o advento da revolução de Setembro, que teve lugar nos dias 9 e 10, deu-se a queda do ministério chefiado pelo duque da Terceira e a substituição da Carta de 1826 pela Constituição de 1822.

Nos dois governos que se sucederam depois da revolução de 9 de Setembro de 1836, chefiados pelo conde de Lumiares e por Sá da Bandeira, realizou uma obra prolixa a favor

do ensino, da economia e da administração pública.

Inicialmente, entre 10 de Setembro e 4 de Novembro de 1836, assumiu apenas as funções de ministro do Reino. No governo chefiado por Sá da Bandeira, veio a juntar àquelas funções as de ministro dos Negócios da Fazenda (desde 5 de Novembro de 1836) e as de ministro



COLECCÃO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS

interino da Justiça (a partir de 27 de Maio de 1836).

Pode dizer-se que as reformas por si entretanto empreendidas constituíram-se como símbolo do Setembrismo, enquanto projecto de mudança estrutural da sociedade portuguesa numa via liberalizante. No campo do ensino, destaca-se, entre outras medidas, a criação da Escola Politécnica de Lisboa, da Academia Politécnica do Porto, da Academia de Belas-Artes e da Inspeção-Geral dos Teatros. No campo da administração pública, procedeu a uma profunda reforma administrativa que apontava no sentido da descentralização, com base numa nova divisão territorial. No campo da economia, seguindo uma linha proteccionista, promulga as pautas de 1837, de que pensa fazer instrumento para combater o devorismo das classes mais abastadas.

A sua saída do governo, ocorrida em 1 de Junho de 1837, é forçada pela acção conjunta das facções da esquerda radical e do centro-direita, que o viam ora como demasiado moderado, ora como demasiado liberalizante.

Em 1838, casou com a herdeira de uma família rica do Ribatejo, situação que lhe permitiu aceder à condição de senador.

Durante a guerra civil da Patuleia, presidiu à Junta de Santarém e da Estremadura, tendo desempenhado um relevante papel de mediador no desenlace dos movimentos populares insurreccionais. Assistiu, como deputado, mas já muito debilitado, ao avanço da pacificação regeneradora, embora sem aderir ao movimento. Por fim, em 1861, foi elevado ao Pariato, mas não chegou a tomar assento na respectiva câmara devido ao agravamento do seu estado de saúde.

JOÃO GUALBERTO DE OLIVEIRA

João Gualberto de Oliveira nasceu no Funchal, a 12 de Julho de 1788, e veio a falecer em Lisboa, a 10 de Fevereiro de 1852. Era filho de João Francisco de Oliveira, médico da real câmara e físico-mor do Exército, e de Maria Joaquina Farto.

Agraciado com o foro de fidalgo em 25 de Setembro de 1802, partiu no ano seguinte para Londres, cidade onde se encontrava seu pai, havendo regressado a Portugal depois de estabelecido o regime constitucional.

Foi deputado às Cortes Constituintes reunidas em Janeiro de 1837 e, a partir de 1 de Junho

deste ano, integrou o ministério liderado por António Dias de Oliveira, para se ocupar da pasta dos Negócios da Fazenda. Embora se formasse um novo governo em Agosto seguinte, sob a presidência de Sá da Bandeira, haveria de se conservar no lugar de ministro dos Negócios da Fazenda até 17 de Abril de 1838, acumulando, interinamente, as pastas da Marinha (de 25 de Outubro a 9 de Novembro de 1837), do Reino e da Justiça (de 9 a 21 de Março de 1838).

Contemplado com o título de barão do Tojal por Decreto de 4 de Abril de 1838, voltaria a ser ministro dos Negócios da Fazenda entre 12 de Março a 9 de Junho de 1841, no executivo dirigido pelo conde do Bonfim.

No ano seguinte, quando já era conde do Tojal, título que recebera em 17 de Setembro de 1841, veio a integrar o ministério presidido por Costa Cabral, novamente com a responsabilidade da pasta dos Negócios da Fazenda, que exerceu entre 24 de Fevereiro de 1842 e 20 Maio de 1846.

Presidiu, pela última vez, aos destinos do Ministério dos Negócios da Fazenda entre 20 de Fevereiro e 22 de Agosto de 1847, no derradeiro gabinete formado por Costa Cabral, ao qual voltaria em 18 de Junho de 1849, para exercer a pasta dos Negócios Estrangeiros até 1 de Maio de 1851, data que marca o fim da sua intervenção política.

Havendo ascendido à dignidade de par do Reino, era conselheiro de Estado extraordinário, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e grã-cruz da Ordem de Leopoldo da Bélgica.



COLEÇÃO ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA

FLÓRIDO RODRIGUES PEREIRA FERRAZ

Flório Rodrigues Pereira Ferraz nasceu no Porto, a 13 de Janeiro de 1790, e veio a falecer na mesma cidade, a 17 de Dezembro de 1862. Era filho de Bento Rodrigues Pereira, cavaleiro da Ordem de Cristo e escrivão da Mesa Grande da Alfândega do Porto, e de Ana Bernardina Xavier Ferraz.

Estreou-se no parlamento entre 1826 e 1828, como deputado às Cortes cartistas, eleito pela província do Minho, recolhendo 85 votos da Assembleia de Eleitores. Na Câmara dos Deputados, pertenceu à Comissão da Fazenda e integrou, em 21 de Dezembro de 1826,

a comissão encarregada de estudar os “Privilégios ou ressarcimento dos inventores de produtos de indústria”. Restabelecida a Carta Constitucional em 1834, eleito pela província do Minho, reassumiu o lugar de deputado na legislatura de 1834-1835, bem como na segunda legislatura de 1836, ano em que, por Alvará de 22 de Fevereiro, seria armado fidalgo-cavaleiro da Casa Real.

Chamado ao governo presidido pelo conde de Bonfim, em 26 de Novembro de 1839, foi encarregado da pasta dos Negócios da Fazenda, até 28 de Janeiro de 1841. Ainda em 1841, não só foi nomeado comissário-em-chefe do Exército como exerceu o cargo de director das Alfândegas e integrou diversas comissões.

Entretanto, havia sido reeleito deputado para a segunda legislatura de 1840, vindo a repetir semelhante mandato na legislatura de 1844-1846.

Em 18 de Junho de 1849, foi nomeado ministro da Marinha do governo do conde de Tomar, exercendo também, ainda que interinamente, o cargo de ministro da Guerra, nos últimos dias de Abril de 1851. Durante este exercício governativo, foi elevado a par do Reino, por Carta Régia de 15 de Dezembro de 1849, de que tomou posse na respectiva câmara, na sessão de 7 de Janeiro de 1850.

Já depois da sua passagem pelo Executivo, foi agraciado com o título de visconde de Castelões, por duas vidas, em 7 de Maio de 1851, o qual acabou por transitar para um sobrinho, por não ter tido descendentes directos. Acumulou, ainda, os lugares de conselheiro de Estado extraordinário e de conselheiro vogal do Tribunal do Tesouro Público.

Além de ter sido comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, foi agraciado com as grã-cruzes das ordens de São Maurício e São Lázaro (da Sardenha) e de Carlos III (de Espanha).



COLEÇÃO ALFÂNDEGA DE LÍBOA, DGAEIC, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

MANUEL GONÇALVES DE MIRANDA

Manuel Gonçalves de Miranda nasceu em Paradinha do Outeiro, concelho de Bragança, a 30 de Novembro de 1780, e veio a falecer em Lisboa, a 5 de Abril de 1841.

Era filho de Manuel Gonçalves de Miranda, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, com desempenho no Paço, e ajudante do intendente-geral da Polícia no reinado de D. Maria I, e de Perpétua Maria Giraldes.

Com 16 anos, já era cadete do Regimento de Cavalaria 16, onde assentara praça.

Dois anos mais tarde, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde frequentou o curso de Matemática

e Filosofia, completando a licenciatura em 1804.

É aqui que conhece e convive com muitos dos que seriam, como ele, protagonistas da cena política nas décadas seguintes.

Anos mais tarde, integrou o movimento de rebelião que, com a ajuda inglesa, logrou expulsar o exército napoleónico de Portugal e da Península Ibérica.

Distinguiu-se em diversas campanhas, com destaque para a acção do dia 4 de Agosto de 1810, em Puebla de Sanabria, em que, pela sua bravura, foi promovido a tenente da 5.ª companhia do seu regimento.

Terminada a guerra, no posto de capitão de Cavalaria, abandonou a carreira das armas, em nome da qual foi condecorado com a medalha de três campanhas da Guerra Peninsular.

Prosseguiu, depois, os estudos na Universidade de Coimbra, até que, em 1821, como adepto da causa liberal, foi eleito deputado às Cortes Extraordinárias e Constituintes pela província de Trás-os-Montes, funções que estendeu às Cortes Ordinárias de 1822-1823, onde foi deputado substituto por Bragança e Vila Real.

Em 1822, exerceu funções de prefeito do Douro e foi também nomeado, em 20 de Novembro, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, cargo que ocupou até à manobra contra-revolucionária conhecida por Vila-Francada, em 27 de Maio de 1823. Reflexo da dinâmica persecutória que então se desenvolveu, começou por ser mandado permanecer em Castelões, mas, privado de todos os cargos, acaba por emigrar para a Inglaterra, onde veio a reunir-se a outros activistas do Vintismo.



COLECCÃO MARIA ANTÓNIA DE SÁ MIRANDA FIGUEIREDO CARVALHO NETO

De regresso ao País depois de D. Pedro outorgar a Carta Constitucional em 29 de Abril de 1826, participará nas Cortes Cartistas desse ano, como deputado efectivo eleito por Trás-os-Montes. Todavia, o período que passa em Portugal sob os auspícios da Carta Constitucional será, então, breve, exilando-se em Londres quando D. Miguel se apropria do trono. Na capital inglesa, veio a presidir à comissão dos emigrados, que organizou a expedição do Exército constitucional para ir resgatar a causa da futura D. Maria II.



COLEÇÃO MARIA ANTÓNIA DE SÁ MIRANDA FIGUEIREDO CARVALHO NEIO

A este propósito, fez publicar uma proclamação, datada de 11 de Abril de 1832, em que incitava os compatriotas a acreditar no dia – próximo, dizia – em que a causa constitucional sairia vencedora. Em 1834, já restabelecido o governo constitucional, foi, pela última vez, eleito deputado efectivo por Trás-os-Montes, uma vez que, em 1 de Outubro de 1835, viria a ascender a par do Reino, no mesmo ano em que foi nomeado conselheiro de Estado.

Em 20 de Abril de 1836, regressa às funções executivas, ao ser nomeado para o cargo de ministro da Marinha e Ultramar do governo do duque da Terceira, onde se manteve até 10 de Setembro seguinte.

Acérrimo defensor da Carta Constitucional, num contexto radicalizante como era o do Setembrismo, só voltaria ao desempenho político em 28 de Janeiro de 1841, no governo moderado e de conciliação presidido por Costa Cabral, sendo nomeado ministro dos Negócios da Fazenda. Sobraçou esta pasta até 12 de Março seguinte, altura em que transita para a pasta da Marinha, que, no entanto, exerceria apenas até ao dia 1 de Abril, por adoecer gravemente.

Enquanto maçom, pertenceu à loja “24 de Julho”, de Lisboa, de Obediência do Grande Oriente Lusitano, adoptando o nome simbólico de *Senacherib*, e foi, entre 1839 e 1841, grão-mestre da referida obediência.

Era fidalgo-cavaleiro da Casa Real, com desempenho no Paço, e comendador da Ordem da Torre e Espada.

ANTÓNIO JOSÉ DE ÁVILA



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

António José de Ávila nasceu a 8 de Março de 1806, no Faial, e veio a falecer a 3 de Maio de 1881. Era filho de Manuel José de Ávila e de Prudência Joaquina de Ávila. Embora ambos de condição humilde, conseguiu o pai granjear razoáveis meios de fortuna como proprietário e negociante matriculado na praça do comércio da ilha do Faial. Terminando os poucos estudos então disponíveis no Faial, os meios paternos permitiram-lhe – caso pouco comum nas ilhas – matricular-se na Universidade de Coimbra, onde, depois de obter vários prémios escolares, se bacharelou em Filosofia, além de ter frequentado o 1.º ano de Medicina. Regressa, de seguida, aos Açores, já nomeado professor substituto da cadeira de filosofia racional e moral da vila da Horta, notabilizando-se, então, pelo seu esforço em prol da sociedade local, nomeadamente, através da realização de uma série de conferências literárias e filosóficas. Prosseguirá, entretanto, os estudos de Medicina, em Paris, e só regressará aos Açores quando aí for estabelecido o regime constitucional. Então, em 1831, assume as funções de presidente da Câmara da Horta e, no ano seguinte, as de provedor do concelho, mas não chega a tomar posse do cargo de subprefeito de São Miguel. Ganha fama de administrador zeloso e eficiente, a que não foi, decerto, estranha a sua escolha para candidato a deputado pelo Faial, em 1834, vindo a ter assento parlamentar durante os vinte e seis anos seguintes. Em termos ideológicos, aproximou-se da facção mais conservadora dentro do liberalismo português, o “cartismo”. Contudo, não deixando de fazer oposição ao governo progressista que tomou o poder em Setembro de 1836, vemo-lo, em 1838, a apoiar a aproximação entre ordeiros e cartistas.

Com o fim do ciclo de governos setembristas e com a subida ao poder de Joaquim António de Aguiar em 9 de Junho 1841, recebe a direcção do Ministério dos Negócios da Fazenda, à frente do qual se mantém até 7 de Fevereiro de 1842, data da queda do governo, por causa da acção insurreccional promovida por Costa Cabral no Porto. Continuará a exercer interinamente o mesmo cargo – no ministério que então se organizou, presidido pelo duque de Palmela – durante o curto espaço de dois dias, visto ter a Rainha aderido ao movimento portuense.

No entanto, em 18 de Junho de 1849, voltava a sobraçar a pasta dos Negócios da Fazenda, como membro do gabinete de Costa Cabral e, mais tarde, do duque da Terceira, a qual conservou até 1 de Maio de 1851.

De fora do novo ministério, tornou-se sócio da Academia Real das Ciências, em 29 de Março de 1855, e, pouco depois, foi nomeado seu vice-presidente.

Data de 14 de Março de 1857 o seu regresso às mais altas esferas políticas, na qualidade de ministro dos Negócios da Fazenda do governo histórico presidido pelo duque de Loulé. Durante esse mandato, que durou até Março de 1859, acumulou, interinamente, a pasta da Justiça (de 4 de Maio a 7 de Dezembro de 1857 e a partir de 31 de Março de 1858).

Em 4 de Julho de 1860, voltando a presidir ao Governo o duque de Loulé, foi encarregado por este das pastas dos Negócios da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, que sobraçou até 21 de Fevereiro de 1862, quando o gabinete deixa de resistir às consequências dos “tumultos do Natal” anterior, provocados pela suspeita popular de



COLECCÃO MUSEU DO CHIADO. ÓLEO DE MIGUEL LUPI

que as mortes de D. Pedro V e dos Infantes D. João e D. Fernando tinham sido criminosas. Nos tempos seguintes, é enviado ao Congresso de Estatística de Berlim (1883) e recebe carta do título de conde, em sua vida (15 de Fevereiro de 1884). No governo que o marquês de Sá da Bandeira chefiou a partir 17 de Abril de 1865, veio a assumir, uma vez mais, a pasta dos Negócios da Fazenda, que acumulou com a dos Negócios Estrangeiros até 4 de Setembro de 1865. Ainda neste ano, foi destacado para o lugar de ministro plenipotenciário junto da Corte de Madrid e encarregado de estudar a questão de Bolama, na Guiné, de que a Inglaterra se apoderara. Quando, em 4 de Janeiro de 1868, se deu a Janeirinha, acede, finalmente, às funções de presidente do Conselho, que acumulou com a pasta dos Estrangeiros e, interinamente, com a do Reino. Revogou, então, o imposto que causara a impopularidade e queda do governo anterior, mas tal medida, agravando as já existentes dificuldades financeiras do Estado, acabaria por ditar a demissão do seu, em 22 de Julho de 1868. O marquês de Sá da Bandeira voltaria a chamá-lo ao Governo em 29 de Agosto de 1870, então, já marquês de Ávila e Bolama (desde 24 de Maio anterior), ocasião em que assumiu as suas já bem conhecidas pastas dos Negócios da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros e da Justiça (as duas últimas, a título interino), até 12 de Setembro seguinte. No ministério que foi encarregado de constituir em 29 de Outubro de 1870, além da própria presidência, desempenhou a pasta dos Negócios Estrangeiros (efectivo até 9 de Janeiro e, daí por diante, interino), a das Obras Públicas (até 1 de Março de 1871) e a do Reino (de 30 de Janeiro a 1 de Março de 1871 como interino e, a partir de então, como efectivo).

Nessa altura, foi designado para presidir à Câmara dos Pares, em substituição do duque de Loulé, mantendo essas funções até ao limite do seu estado de saúde.

O seu conservadorismo aproximava-o, cada vez mais, dos progressistas regeneradores, de que é exemplar o apoio que o seu pequeno grupo parlamentar lhes prestou na rejeição dos projectos de reforma da Carta, em 1871 e 1872. Não é, assim, de estranhar que apareça a chefiar o Governo entre 5 de Março de 1877 e 28 de Janeiro de 1878, por indicação de Fontes Pereira de Melo, acumulando as pastas dos Negócios Estrangeiros e do Reino.

Elevado a 1.º duque de Ávila e Bolama em 14 de Março de 1878, continuou politicamente empenhado até à sua morte.

Era conselheiro de Estado efectivo e exerceu o cargo de ministro plenipotenciário junto da Corte de Paris. Detinha as grã-cruzes das ordens de Nossa Senhora da Conceição, de São Tiago (mérito literário, científico e artístico), da Torre e Espada, de Pio IX (Roma), de São Maurício e São Lázaro (Itália), da Coroa (Itália), do Cruzeiro e da Rosa (Brasil), de Santo Alexandre Newski e da Águia Branca (Rússia), da Águia Vermelha (Prússia), de Leopoldo (Áustria-Hungria), da Legião de Honra (França), de Leopoldo (Bélgica), de Carlos III (Espanha), do Leão Neerlandês (Países Baixos), de Alberto, o *Valoroso* (Saxónia), dos Guelfos (Hanôver), do Osmanié (Turquia), do Sol e do Leão (Pérsia), de Nossa Senhora de Guadalupe (México), do Nichan Iftikar (Tunísia) e da Ordem Equestre de Santa Rosa (República das Honduras). Era, ainda, comendador da Ordem de Cristo e cavaleiro das ordens dos Serafins (Suécia), do Elefante (Dinamarca) e do Santo Sepulcro (Jerusalém).

COLECCAO BIBLIOTECA UNIVERSITARIA JOAO PAULO II, UNIVERSIDADE CATOLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO



JÚLIO GOMES DA SILVA SANCHES

Júlio Gomes da Silva Sanches nasceu a 3 de Janeiro de 1803, no lugar de Gumiei, freguesia de Ribafeita, concelho de Viseu, e veio a falecer a 23 de Abril de 1866, em Lisboa.



COLECCÃO DE ESTAMPAS, BIBLIOTECA NACIONAL

Era filho de Manuel Gomes da Silva Sanches, proprietário, e de Páscoa Maria de Jesus Machado.

Destinado pela família à carreira da magistratura, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1820.

Teve, porém, de interromper o curso no 4.º ano, uma vez que, dadas as suas manifestas posições liberais, foi, em 24 de Agosto de 1824, condenado ao degredo para a ilha do Fogo, Cabo Verde, e viu o seu nome perpetuamente riscado da Universidade. Conseguiu, ainda assim, escapar a todas as diligências feitas para o prender e permaneceu, desde Fevereiro de 1824 a Junho de 1825, enclausurado na sua residência.

Abrangido, entretanto, pelo indulto que D. João VI concedeu aos perseguidos por opiniões políticas, regressou, em Dezembro de 1825, à Universidade para concluir os seus estudos, o que veio a acontecer em 4 de Julho de 1826. Quando, em 1827, se começou a conspirar com o fim de repor o regime absolutista, alistou-se, em Novembro desse ano, no corpo académico e fez parte das quatro companhias que se juntaram à divisão do conde de Vila Flor, nos campos de Seia.

Nos tempos seguintes, estabeleceu-se em Midões como advogado e, quando D. Miguel se proclamou rei absoluto em 1828, obistou a que se fizesse a sua aclamação nessa freguesia e na vila do Couto.

Mal teve notícia da revolta do Porto de 16 de Maio de 1828, partiu para esta cidade para se juntar aos defensores da causa liberal, acabando por emigrar para a Inglaterra,

donde seguiu para a Bélgica e, daqui, para França, onde integrou a expedição de *Belle-Isle* para a ilha Terceira. Mais tarde, acompanharia o exército libertador rumo a Portugal e, logo que D. Pedro IV entrou no Porto, foi nomeado membro e secretário de uma comissão encarregada de apresentar um projecto de reforma dos forais, declinando, todavia, essas funções, por preferir continuar a defender o Partido Liberal como soldado académico e, nessa qualidade, depois de tomar parte em diversas batalhas, foi agraciado com o hábito da Torre e Espada. Decidido a trocar a farda de soldado académico pela toga da magistratura, foi nomeado, em Novembro de 1833, juiz de direito da Figueira da Foz e, em Abril seguinte, juiz de fora da mesma vila, cargo que desempenhou por pouco tempo, pois, logo nas primeiras eleições de deputados, em Julho de 1834, foi eleito pela Beira Baixa. Deputado em todas as legislaturas até à Regeneração, à excepção da de 1840-1842, altura em que deixa a Câmara por razões pessoais, integrou o governo, pela primeira vez, em 10 de Agosto de 1837, entregando-lhe Sá da Bandeira a pasta dos Negócios do Reino, que exerceria até 9 de Março seguinte. Um ano depois, dirigia novamente esse ministério, desta feita, sob a presidência governativa do barão de Sabrosa. Voltou às funções executivas em 19 de Julho de 1846, quando lhe é confiada a pasta dos Negócios da Fazenda, que manteve até 6 de Outubro seguinte, altura em que caiu o ministério, presidido pelo duque de Palmela, na sequência do golpe de Estado organizado por Costa Cabral. Triunfando sobre este o duque

de Saldanha, foi convidado a ocupar-se da pasta dos Negócios do Reino ou, em alternativa, dos Negócios da Fazenda, mas declinou o convite. Em 1852, voltou a ser eleito deputado e tornou-se presidente da respectiva câmara, até 1854, faltando-lhe apenas um voto para reassumir essas funções em 1855.

Por Carta Régia de 5 de Março de 1853, foi elevado a par do Reino, a cuja câmara presidiu por diversas vezes na ausência do presidente e vice-presidente.

Voltou ao exercício ministerial em 1856, com a responsabilidade das pastas dos Negócios do Reino, entre 25 de Junho desse ano e 14 de Março de 1857, e dos Negócios da Fazenda, entre 23 de Janeiro e 14 de Março de 1857, no ministério “histórico” presidido pelo duque de Loulé.

Subiria ao poder, pela derradeira vez, entre 17 de Abril e 4 de Setembro de 1865, como ministro do Reino do governo conduzido por Sá da Bandeira.

Apesar do longo período de tempo ao serviço da política, não perderia o vínculo com a magistratura, pois foi nomeado juiz da Relação de Lisboa e exercia o lugar de presidente desse tribunal aquando da sua morte.

Era, ainda, conselheiro de Estado efectivo e grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

MARCELINO MÁXIMO DE AZEVEDO E MELO

Marcelino Máximo de Azevedo e Melo nasceu em Penafiel, a 10 de Janeiro de 1794, e veio a falecer no Porto, a 19 de Julho de 1853.

Era filho do juriconsulto Bernardo José de Azevedo e Melo e de Joana Margarida Pereira de Baeça Veloso de Barbosa. Procurando seguir as pisadas de seu pai, matriculou-se, em Outubro de 1812, na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra e aí obteve o bacharelato em 1817. Foi nomeado juiz de fora de Santa Marta de Penaguião em 1822, encontrando-se nas funções



COLECCÃO DE ESTAMPAS, BIBLIOTECA NACIONAL

de juiz dos órfãos dessa vila quando se levantou a revolta absolutista em Trás-os-Montes.

Dadas as circunstâncias, foi nomeado corregedor de Vila Real, cargo por si desempenhado até à pacificação da província.

Por indicação do Desembargo do Paço, de 23 de Maio de 1823, foi mandado servir o lugar de juiz do crime do Porto, mas, sucedendo o período de reacção absolutista pós-Vila-Francada, passaria os tempos seguintes recolhido em sua casa.

Outorgada a Carta Constitucional, veio a ocupar o assento de deputado nas Cortes de 1826-1828, pela província do Minho, lugar que foi aprovado por Diploma de 2 de Novembro de 1826 e de que prestou juramento quatro dias depois.

Quando as câmaras foram dissolvidas por D. Miguel, procurou emigrar para Espanha com a divisão liberal, mas adoeceriu na jornada e acabou por regressar a sua casa, onde permaneceu até à chegada do Exército libertador. Juntando-se, então, às forças liberais, é encarregado das funções de director da Repartição de Víveres e Transportes, antes de ser nomeado, em 21 de Setembro de 1832, comissário-em-chefe do Exército, cujo exercício mereceu grandes louvores dos generais Saldanha e Sá da Bandeira.

Em 1833, não só retomaria a carreira da magistratura, sendo nomeado, em Abril, juiz do tribunal de 2.ª instância do círculo do Porto, como veio a ser indigitado, em 29 de Setembro, conselheiro do Tribunal do Tesouro Público, em que se manteve até 1836.

Sucedeu-se um período de recolhimento em Vila Nova de Gaia, até que, em 1839, inicia um novo ciclo de intervenção política, quando é nomeado administrador-geral do distrito de Viseu.

No ano seguinte, é eleito senador pelo distrito de Braga e, em 1841, dá-se a sua transferência para o lugar de administrador-geral do distrito do Porto.

Em reconhecimento do empenho demonstrado na restauração da Carta Constitucional, veio a receber, em 11 de Março de 1842, a mercê do título de visconde de Oliveira e foi elevado à categoria de par do Reino.

Ainda nesse ano, via revalidada a condição de membro do Tribunal do Tesouro Público, donde passou, em 1844,

a presidente do Conselho Fiscal de Contas.

Dois anos depois, assumiu o cargo de comissário régio junto do Banco de Lisboa e foi também chamado ao governo presidido pelo duque de Saldanha, onde assumiu as pastas dos Negócios do Reino, entre 6 de Outubro de 1846 e 28 de Abril de 1847, e dos Negócios da Fazenda, entre 6 e 13 de Outubro de 1846.

Aos cinquenta e nove anos, de saúde precária, retirou-se para a sua quinta de Oliveira, no Porto, fazendo apenas algumas aparições esporádicas na Câmara dos Pares.

Foi um destacado membro da Maçonaria portuguesa, tendo-se filiado na loja “Emigração Lusitana”, em Plymouth, Inglaterra, em data desconhecida. Faria igualmente parte das lojas “28 de Julho” e “Legalidade”, ambas no Porto, e da loja “Liberdade Legal” e “Vigilância”, em Lisboa, além de ter sido grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, entre 1846 e 1847, do Grande Oriente de Portugal, entre 1849

e 1853, e do Supremo Conselho, em 1843 e 1853.

Ao longo da sua carreira profissional e política, destacou-se ainda como desembargador da Relação do Porto e governador civil.

Granjeava do estatuto de fidalgo-cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo e cavaleiro das ordens da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

JOSÉ ANTÓNIO MARIA DE SOUSA AZEVEDO

José António Maria de Sousa Azevedo nasceu a 18 de Agosto de 1796, em Coimbra, e veio a falecer a 3 de Março de 1865.

Era filho de Manuel Tomás de Sousa Azevedo, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, juiz das Capelas da Coroa, doutor pela Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra e 1.º visconde de Algés, e de Maria Bárbara Benedita de Sousa Pinto.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Seguindo as pisadas do pai, matricula-se na Universidade de Coimbra, onde obtém o grau de bacharel em Leis.

Depois de se habilitar à prova no Desembargo do Paço para seguir a carreira da magistratura, partiu para o Rio de Janeiro, onde se encontrava a Corte, para ler no referido Tribunal.

Sendo nomeado corregedor do crime do bairro de Belém, regressou a Portugal, tendo tomado posse do lugar em 9 de Outubro de 1820. Pouco depois, no exercício das funções de juiz da visita do ouro nos navios que entravam no Tejo, introduziu uma série de simplificações no serviço fiscal, que muito agradaram à corporação do comércio e chamaram a atenção do ministro dos Negócios da Fazenda, Francisco Duarte Coelho, que lhe delegou as funções de inspector das Obras da Ajuda. Acumulou, entretanto, os lugares de auditor dos corpos militares de guarnição em Belém e de advogado da Câmara Municipal de Lisboa. Vem, depois, a ser reconduzido no cargo de corregedor do crime do bairro de Belém em 24 de Julho de 1823 e em 9 de Março de 1825, recebendo, nesta data, carta de desembargador da Relação do Porto.

A sua ligação profissional à zona ocidental da capital sai reforçada nos anos seguintes, quando recebe alvará de superintendente dos foros da freguesia da Ajuda, com data de 20 de Fevereiro de 1827.

Afirmando-se equidistante relativamente às lutas políticas, atitude que mantinha desde o primeiro liberalismo, aceitou desempenhar o cargo de intendente-geral da Polícia, oferecido pelo duque da Terceira, em 24 de Julho de 1833.

Em Novembro desse ano, extinto o referido cargo, recebeu a carta de Conselho, em reconhecimento do modo como o havia desempenhado.

Finda a guerra entre liberais e absolutistas, foi deputado em todas as legislaturas, excepto na constituinte de 1857, militando com moderação no Partido Cartista.

Seria, no entanto, em pleno Setembrismo, a 9 de Março de 1839, que havia de receber a mercê do título de visconde de Álges, por duas vidas, quando já era fidalgo-cavaleiro da Casa Real, desde 19 de Agosto de 1835.

Depois de restaurada a Carta Constitucional, em 1842, é chamado ao governo por Costa Cabral, que lhe confia a pasta da Justiça, no exercício da qual apresentou o projecto da organização definitiva do corpo judicial, em que se incluía a reabilitação dos antigos magistrados. Embora resignasse a esse cargo em Junho de 1844, por não pretender envolver-se na luta política que então animava o ministério cabralista, voltaria às funções governativas em 13 de Outubro de 1846, persuadido pela rainha D. Maria II, depois do golpe de Estado organizado por Costa Cabral e posto em prática pelo duque de Saldanha, sobraçando as pastas dos Negócios da Fazenda e, interinamente, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

Depois de se demitir dessas funções em 20 de Fevereiro de 1847, não mais regressaria ao poder executivo, sendo, no entanto, elevado à dignidade de par do Reino em 22 de Outubro desse ano, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva câmara, na sessão de 7 de Fevereiro de 1848. Exerceu, também, os cargos de juiz do Supremo Tribunal de Justiça, vogal e presidente do Tribunal de Contas e conselheiro do Tribunal do Tesouro Público, além de ser grã-cruz da Ordem de Cristo.

MARINO MIGUEL FRANZINI

Marino Miguel Franzini nasceu em Lisboa, a 12 de Janeiro de 1779, e aí veio a falecer, a 29 de Novembro de 1861.

Era filho do lente de Matemática da Universidade de Coimbra e mestre de D. José e do futuro D. João VI, Miguel Franzini, mandado vir de Itália pelo Marquês de Pombal.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

A sua formação académica foi feita na Real Academia dos Guardas-Marinhas, instituição que, recebendo os alunos da Academia Real da Marinha por critérios de mérito escolar excepcional ou de nobreza de sangue, se destinava a formar os futuros oficiais da Marinha Real. Iniciou a sua carreira na Brigada Real como primeiro-tenente, em 1798, altura em que efectua diversos cruzeiros e levantamentos hidrográficos. Viria, no entanto, a transitar para o Exército, por Decreto de 19 de Abril de 1803, integrando o Real Corpo de Engenheiros, como major. Colocado na direcção do Arquivo Militar quando Junot reduziu o Exército, foi nomeado, por esse general francês, subchefe do Estado-Maior da Legião Portuguesa, que marchou rumo a França para combater pelo império napoleónico. Não chegando a cruzar os Pirenéus, depois de tomar parte na defesa de Saragoça, regressou a Portugal, onde voltou aos quadros do Arquivo Militar.

Em 1813 e 1815, fez publicar, respectivamente, *Uma Carta Marítima da Costa de Portugal Acompanhada por um Roteiro Circunstanciado* e umas *Instruções Estatísticas*, que compilara em 1814.

Em 1816, iniciou observações meteorológicas em Lisboa, pioneiras em Portugal, cujos resultados apresentou à Academia Real das Ciências, que as fez publicar na colecção das suas *Memórias*. Quando, em 1820, se tratou de estabelecer um sistema liberal, empenhou-se na afirmação desta corrente ideológica.

Sendo eleito deputado às Cortes Constituintes de 1821-1822, como 5.º substituto pela província da Estremadura, por Tomar, publicou umas

Reflexões sobre a Organização do Exército Estabelecido em 1816, acompanhadas de assinaláveis mapas estatísticos. Nesse período parlamentar, integrou as Comissões de Estatística e da Marinha e a Comissão Especial do Exército. Nomeado, então, inspector da Cordoaria Nacional, fez imprimir a *Conta da Receita e Despesa desse Estabelecimento e de Outros que lhe Estavam Anexos no Ano de 1820*, que compreende memórias de grande utilidade para a história da instituição. Reeleito deputado às Cortes Ordinárias de 1822 pela divisão de Tomar, voltou a integrar as Comissões de Estatística e da Marinha. Nos tempos seguintes, dedica-se ao estudo da situação financeira do País, donde resulta o *Ensaio sobre o Orçamento da Dívida Pública, Receita e Despesa do Tesouro no Ano de 1826*. Deputado em quase todas as legislaturas depois de 1834, viria a integrar o ministério do duque de Saldanha saído da vitória dos Cartistas na guerra da Patuleia, no qual se encarregou da pasta dos Negócios da Fazenda, entre 22 de Agosto e 18 de Dezembro de 1847. Havia de regressar às funções governativas no papel de ministro interino da Justiça e dos Negócios da Fazenda do primeiro executivo da Regeneração, para o que foi nomeado em 1 de Maio de 1851. Deixando a 22 deste mês a pasta da Justiça, foi, no mesmo dia, nomeado ministro efectivo dos Negócios da Fazenda, cargo que ocupou até 5 de Agosto seguinte, dia em que pediu a sua demissão, por não ver aprovada a sua proposta para um novo empréstimo. Distinto geógrafo e meteorologista, realizaria, em 1856 e 1857, os *Mapas do Movimento Mesológico de Lisboa*, referentes à época em que

a capital foi assolada pelas epidemias da cólera-morbus e da febre-amarela. Por fim, em 17 de Maio de 1861, foi elevado a par do Reino, pouco tempo antes da sua morte. Ocupou, também, os lugares de brigadeiro da Brigada Real da Marinha, presidente da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino e vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Era grã-cruz e comendador da Ordem de Cristo e membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, onde passou de sócio correspondente a sócio efectivo da classe das Ciências, de que foi, mais tarde, tesoureiro e presidente.

JOAQUIM JOSÉ FALCÃO

Joaquim José Falcão nasceu em 1796 e veio a falecer em 1863.

Coronel do Exército, ocupou o assento de deputado nas legislaturas de 1840-1846 e de 1848-1851. Foi, aliás, durante esse período que ascendeu aos cargos de ministro da Marinha, do governo cabralista do duque da Terceira, entre 15 de Setembro de 1842 e 20 de Maio de 1846, e de ministro dos Negócios da Fazenda, do executivo chefiado pelo duque de Saldanha, entre 18 de Setembro de 1847 e 29 de Janeiro de 1849, além de ter sido nomeado conselheiro de Estado em 1845.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

ANTÓNIO ROBERTO DE OLIVEIRA LOPES BRANCO

António Roberto de Oliveira Lopes Branco nasceu em 1808 e veio a falecer em 1889. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, veio a seguir a carreira da magistratura, alcançando o lugar de juiz da Relação do Porto. Governador civil de Coimbra em 1842-1843, passará, no entanto, para as fileiras da oposição ao cabralismo, em 1846, no mesmo ano em que entra em rota de colisão com o governo do duque de Palmela e passa a seguir o duque de Saldanha, vindo a ser seu ministro dos Negócios da Fazenda entre 29 de Janeiro e 18 de Junho de 1849.

Pertenceu, ainda, ao Conselho de Sua Majestade e foi eleito deputado em várias legislaturas. Segundo o marquês de Lavradio, era “homem sem princípios fixos, isto é, homem de ganhar, pois tem pertencido a todos os partidos”.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL